

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
Centro de Ciências Humanas e Biológicas – CCHB  
Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades – DGTH  
Curso de Licenciatura em Geografia

**ELIERSON FERNANDO DE SOUZA**

**Terras Indígenas ou recursos naturais para o Capital? O papel do Estado nos conflitos territoriais no Alto Xingu.**

**SOROCABA**

**2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
Centro de Ciências Humanas e Biológicas – CCHB  
Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades – DGTH  
Curso de Licenciatura em Geografia

ELIERSON FERNANDO DE SOUZA

**Terras Indígenas ou recursos naturais para o Capital? O papel do Estado nos conflitos territoriais no Alto Xingu.**

Monografia apresentada junto ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de graduado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Cunha Franca

**SOROCABA**

**2021**

**Terras Indígenas ou recursos naturais para o Capital?** O papel do Estado nos conflitos territoriais no Alto Xingu.

Monografia apresentada junto ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de graduado em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Cunha Franca

Orientador(a)

---

Dr. Gilberto Cunha Franca  
UFSCar - Sorocaba

Examinador(a)

---

Dra. Neusa de Fátima Mariano  
UFSCar - Sorocaba

Examinador(a)

---

Dr. Marcos de Oliveira Soares  
UFSCar - Sorocaba

**Sorocaba, 09 de março de 2021.**

*“Estar no Alto Xingu é como ter um encontro  
com as utopias criadas para um mundo  
melhor”*

*Washington Novaes*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço de uma forma geral, toda a minha família e amigos, bem como, todas as pessoas, que de uma forma ou de outra, fizeram parte desta jornada. Agradecimentos especiais à minha companheira Marta Salete pelo incentivo, compreensão e paciência. Agradecimentos à minha filha Thaisa pela inspiração e confiança em nossos projetos. Da mesma forma, agradecer meu irmão e minha irmã, que juntos influenciaram diretamente meu gosto pelo conhecimento. E, agradecimento muito especial ao meu pai e minha mãe, responsáveis pela minha formação ética e pelo meu amor a vida. Agradeço também, aos professores e colegas da universidade, que juntos, avançamos um pouco mais na caminhada do conhecimento. Por fim, agradeço as pessoas que fizeram parte da moradia estudantil, como moradores e convidados, e que se tornaram, alguns durante e, outros no final do trajeto, meus amigos e amigas: Adriano, Ivan, Angélica, Rodrigo, Taruã, Geovan, Lara, Laerte, Paulo Magno, Kuhupi Waurá, Serjão, Marina, Matheus Holts, Naie, Pablo, GRU, Camila, João Tiago, Jonathan, Patrícia, aos casais da moradia, Luiz e Rose e Gabriel e Karine.

Quero deixar meus agradecimentos aos participantes da banca examinadora, os professores (as) Profa. Dra. Neusa de Fátima Mariano e o Prof. Dr. Marcos de Oliveira Soares, bem como, meu orientador, o professor Dr. Gilberto Cunha Franca.

Trabalhar com vocês na produção do conhecimento e na expansão da consciência além de interessante, foi muito enriquecedor. E poder pensar que o mundo pode ser um pouco melhor por causa disso é fortalecedor. Dá mais sentido à vida. Da vontade de viver com mais intensidade. É muito bom viver este sonho. Muito obrigado por participarem de tudo isto!

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do Estado brasileiro nos conflitos territoriais na bacia do Xingu. Para tanto, faremos um recorte geográfico focando na região do Alto Xingu, estado de Mato Grosso, para apresentar os problemas presentes nessa região que são geradores de conflitos entre os povos do Parque Indígena do Xingu e os Latifundiários produtores de Soja. Usaremos como base epistemológica a teoria de David Harvey sobre a produção do espaço capitalista no século XXI enquanto arcabouço teórico voltado à análise crítica sobre o processo da territorialização capitalista na globalização, sendo, portanto, um trabalho relacionado à geografia política, razão pela qual o território será a principal categoria de análise geográfica aplicada ao estudo em questão.

**Palavras-chave:** Xingu. Latifúndio; Fronteira agrícola; Terras indígenas; Território.

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the role of the Brazilian State in territorial conflicts in the Xingu basin. To do so, we will make a geographic cut focusing on the Alto Xingu region, state of Mato Grosso, to present the problems present in this region that generate conflicts between the peoples of the Xingu Indigenous Park and the Soybean-producing Landowners. By using the epistemological basis of David Harvey's theory on the production of capitalist space in the 21st century, which, therefore, is a theoretical framework aimed at critical analysis on the process of capitalist territorialization in globalization, we will have a work related to political geography, reason why the territory will be the main category of geographic analysis applied to the study in question.

**Keywords:** Xingu. Latifundium. Agricultural frontier. Indigenous lands. Territory.

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 1</b> - Parque Indígena Xingu: Aldeia Kalapalo/Alto Xingu, 2009.....	<b>21</b>
<b>Figura 2</b> - A cultura em torno do rio Xingu no Parque Indígena do Xingu.....	<b>22</b>
<b>Figura 3</b> - Ritual característico das culturas do Parque Indígena do Xingu (Alto Xingu) .....	<b>23</b>
<b>Figura 4</b> - Integrante da etnia Waurá e suas pinturas corporais como expressão cultural do Alto Xingu. (na foto, Kuhupi Waurá, estudante de geografia da UFSCar Sorocaba.).....	<b>24</b>
<b>Figura 5</b> - <b>Mapa da rede de drenagem do alto Xingu:</b> os formadores e afluentes do Xingu, cujas nascentes estão fora dos limites territoriais do Parque Indígena do Xingu, estando esses, portanto, em meio a produção da soja .....	<b>29</b>
<b>Figura 6</b> - Fronteira agrícola no Mato Grosso.....	<b>35</b>
<b>Figura 7</b> - Produção de soja no Brasil, em 2015 .....	<b>37</b>
<b>Figura 8</b> - Mapa da Bacia Hidrográfica do Xingu.....	<b>43</b>
<b>Figura 9</b> - Rio Xingu.....	<b>44</b>
<b>Figura 10</b> - Região do Baixo Xingu.....	<b>47</b>
<b>Figura 11</b> - Mapa do Médio Xingu.....	<b>49</b>
<b>Figura 12</b> - Localização do Alto Xingu .....	<b>51</b>
<b>Figura 13</b> - Delimitação da Bacia do rio Xingu .....	<b>54</b>
<b>Figura 14</b> - Imagens da plataforma Xingu+. Obras monitoradas de estradas dentro e no entorno da bacia do Xingu.....	<b>56</b>
<b>Figura 15</b> - Garimpo ilegal em 2017 na Bacia do Xingu .....	<b>57</b>
<b>Figura 16</b> - Desmatamento ilegal por madeireiros na bacia do Xingu.....	<b>58</b>
<b>Figura 17</b> - Gráfico do desmatamento no Xingu até 2015.....	<b>59</b>
<b>Figura 18</b> - Típica paisagem de produção de soja no Alto Xingu (MT).....	<b>60</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. O CONFLITO TERRITORIAL ENTRE POVOS INDÍGENAS E OS FAZENDEIROS DO AGRONEGÓCIO NO ALTO XINGU.</b>	
<b>1. 1. Os Povos Indígenas e seus territórios .....</b>	<b>19</b>
1. 1. 1. O Parque Indígena do Xingu: um modelo para uma nova utopia?.....	20
1. 1. 2. A importância do Rio Xingu e a preservação de suas nascentes contra o avanço da soja: o conflito pelo direito a água.....	27
<b>1. 2. Formação e consolidação do latifúndio no Brasil.....</b>	<b>31</b>
1. 2. 1. O Brasil e a lei de terras de 1850: da lógica da posse à lógica Jurídica.....	33
1. 2. 2. A produção do espaço geográfico agrário brasileiro na globalização toyotista no estado de Mato Grosso: o agronegócio da soja.....	34
1. 2. 3. A dinâmica da territorialização da soja no Brasil.....	36
1. 2. 4. Os projetos de infraestrutura logística para armazenamento e escoamento da produção da soja no Mato Grosso.....	37
<b>2. O PAPEL DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO GLOBALIZADO DO SÉCULO XXI .....</b>	<b>39</b>
<b>2. 1. O neoliberalismo.....</b>	<b>40</b>
<b>2. 2. O papel dos Estados na superação da crise neoliberal de 2008.....</b>	<b>41</b>
<b>3. OCUPAÇÃO E USO DO SOLO NA BACIA DO RIO XINGU.....</b>	<b>43</b>
<b>3. 1. A Bacia do rio Xingu.....</b>	<b>45</b>
<b>3. 2. Regionalização da ocupação e do uso do solo na bacia do Xingu.....</b>	<b>45</b>
3. 2. 1. Baixo Xingu .....	
3. 2. 2. Médio Xingu.....	47
3. 2. 3. Alto Xingu.....	48
<b>4. TERRAS INDÍGENAS OU RECURSOS NATURAIS? O CONFLITO ENTRE A LÓGICA DO LUCRO E A LÓGICA DA VIDA NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DA BACIA DO XINGU .....</b>	<b>52</b>

<b>4.1. A fronteira agrícola .....</b>	<b>52</b>
<b>4.2. A bacia hidrográfica do Xingu e alguns de seus conflitos territoriais.....</b>	<b>54</b>
<b>4.3. O avanço da lógica destrutiva: a territorialização dos fluxos capitalistas na bacia do Xingu.....</b>	<b>55</b>
<b>4. 4. O avanço do desmatamento e do garimpo na Bacia do Xingu.....</b>	<b>56</b>
<b>4.5. O avanço do agronegócio na bacia do Xingu .....</b>	<b>60</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....</b>	<b>65</b>

## INTRODUÇÃO

Se pararmos para pensar, o atual avanço da fronteira agrícola na região amazônica poderia ser entendido como uma continuação do projeto Marcha para o oeste, do governo de Getúlio Vargas, iniciado e ocorrido a partir da década de 40. Nesse sentido, o Estado por meio de uma geopolítica caracterizada pelas novas aplicações técnico-econômicas que se apresentavam nessa época, iniciou o desenvolvimento de estratégias territoriais com o objetivo de integração do território nacional, de tal forma a favorecer a territorialização capitalista no interior do país. Contudo, será nos anos 70, no Cerrado brasileiro, que veremos investido de inovações tecnológicas e lógicas econômicas que caracterizam essa geopolítica de avanço da fronteira agrícola que, hoje, depois de quatro décadas de exploração do bioma cerrado, agora pressiona a região amazônica por mais aberturas de fronteiras voltadas ao agronegócio. (INOCÊNCIO, 2009)

A raiz que motivou a modernização territorial do Cerrado foi a geopolítica, e o Estado foi peça chave nesse processo, pois estabeleceu o conjunto das condições primeiras para que as ações do capital internacional pudessem se espacializar, territorializando-se. (INOCÊNCIO, 2009, p. 12).

Nesse sentido, a geopolítica foi o instrumento norteador das estratégias dos Estados para o avanço da territorialização do capital no interior do Brasil. E, é essa lógica, a da geopolítica dos mercados globais, que se segue, agora, como nova frente de fronteira agrícola, arregimentando a região da Amazônia brasileira aos interesses do capital especulativo internacional. E, como afirma Martins (1996, p. 27) “A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece” e, nesse sentido, se falamos de fronteiras, necessariamente, falaremos de conflitos territoriais. (MARTINS, 1996).

Neste trabalho, propomos a ótica da Geografia Política para a elaboração da análise do espaço, de forma a apreender a totalidade desse, apresentando suas nuances e contradições, tendo como intuito, portanto, entender os conflitos territoriais nas regiões de fronteiras agrícolas. Segundo, Costa (2008), “É preciso reconhecer, entretanto, que parte da tradição nesse setor identifica como geografia política o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à geografia e restritos às relações ente o espaço e o Estado [...]” (COSTA, 2008 p. 18). Assim, entendemos que, a geografia política é a área disciplinar da ciência geográfica que relaciona/aplica, a categoria território em suas análises do espaço geográfico para que, a partir dessa categoria, possamos entender a natureza dos conflitos por terras no Brasil. Portanto, é

no território que, as formas-conteúdos (SANTOS, 1999, p. 16), vão se apresentar de maneira conflituosa na configuração da sociedade.

O território, como categoria de análise da geografia, é, muitas vezes, entendido e interpretado por algumas linhas do pensamento da geografia, bem como pelos demais cientistas de diferentes áreas das ciências sociais e humanas, de forma superficial e equivocada, no mínimo, incompleta. Para Milton Santos (1999, p. 18), “O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado”. O autor defende aqui, sua teoria do espaço geográfico, onde, um conjunto de sistemas de objetos e ações que se interagem entre si, apresentando, portanto, uma síntese dessa dialética espacial, a totalidade, fazendo do território usado, um meio para se apreender a totalidade do espaço, o espaço geográfico. Dessa forma, como percebemos, a categoria território usado estaria em relação direto à categoria espaço geográfico. Essa crítica de Santos sobre a categoria território pode ser interpretada como uma exigência do autor em atribuir à categoria o status científico de grande importância para que se possa realizar uma análise do espaço objetivando a busca da totalidade. No entanto, em muitas análises de áreas como a ciência política, entende o território apenas como uma delimitação e divisão dos estados, municípios, enfim, levando em consideração apenas o observável, as suas formas sem seus conteúdos; conforme citação de Santos (1999):

A ciência política de modo geral ignora o território – dá conta da divisão dos estados, dos municípios, mas não dos conteúdos –, como se ele não tivesse um conteúdo social. Este aparece apenas como estatísticas, que são caixinhas que vamos abrindo à medida que necessitamos produzir o discurso. Mas está excluído o conteúdo – o dinamismo socio territorial, socioespacial, essas formas-conteúdo que têm a ver com a existência. Talvez por culpa nossa, já que não elaboramos de maneira conveniente os conceitos capazes de dialogar com as outras ciências sociais. (SANTOS, 1999, p. 19).

Objetivando a solução para superar esse tipo de problema conceitual, Santos (1999) apresenta o território usado como categoria de análise da geografia para possibilitar a análise deste, não apenas pela própria geografia, mas também por outras áreas do conhecimento das ciências sociais. (SANTOS, 1999, p. 20).

Já, Haesbaert (2003), apresenta o território como relação entre o poder da cultura e o poder da política, se estabelecendo, dessa forma uma interação, onde ambas se organizam uma em função da outra; entretanto, podemos interpretar que o autor propõe uma visão de território onde a cultura é preponderante para a confirmação de um território. (HAESBAERT, 2003.) Assim como, para Raffestan (1988), onde o território se constitui do ordenamento do espaço,

de tal forma que, a organização e a ordem dependem dos sistemas informacionais, da qual os seres humanos são detentores a partir do pertencimento a uma cultura. (RAFFESTAN, 1988, p. 272). Portanto, apesar da grande diversidade de perspectivas, o território é tradicionalmente importante nas questões políticas. Na geografia política, os conceitos de território e territorialidade são vistos como fundamentais. No caso de territorialidade, este também aparece vinculada a questões socioculturais como a identidade social e territorial. Contudo, é em Ratzel que a concepção de território está associada aos fundamentos materiais do Estado. “Na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial.” (HAESBAERT, 2004). Nesse sentido, é um conceito que se aproxima da constituição de Estado-nação, sendo, contudo, uma concepção de espaço vital, onde o território é vinculado a uma concepção biogeográfica do Estado, fundada na ontologia de Ratzel cuja essência é ecológica. Nesse sentido, uma relação direta entre solo e Estado. (HAESBAERT, 2004).

Apresentados a conceituação de território pelos autores acima colocados, iremos agora, dialogar, de forma metodológica para fins deste trabalho, o entendimento conceitual de território a partir da ótica de David Harvey, autor de importantes obras da geografia crítica que formam um corpo teórico sobre a territorialização capitalista na globalização por meio da compressão do tempo-espaço. Em Harvey (2011), o território é um conceito chave para entender e explicar as transformações das funções do Estado. E, nesse sentido, para Harvey, o território afirmado como espaços restritos aos interesses do Capital em detrimento aos do povo, que é organizado e mantido pelo Estado-nação, agora é cada vez mais, flexibilizado para atender os interesses do grande capital financeiro que se territorializa de forma sobreposta aos territórios existentes nos espaços pela lógica do território organizado em rede possibilitando que o fluxo do Capital adentre pelas várias partes do mundo, destruindo as culturas locais, degradando a biodiversidade local para a obtenção de recursos naturais, criando mais espaços de miséria e violência em lugares que há séculos já vem sofrendo com tais problemas.

Portanto, Harvey (2011) vêm ao encontro à discussão aqui proposta como hipótese, apresentados no projeto de pesquisa. Tal hipótese, constitui-se em apresentar o Estado como elemento primordial para a implementação e territorialização do capital global no território brasileiro causando os conflitos territoriais; apesar do discurso neoliberal do “Estado Mínimo”, o autor defende que o Estado é primordial aos interesses do capitalismo neoliberal. Assim, o Estado apresenta-se minimizado quando o assunto é promover políticas públicas

voltadas à diminuição das desigualdades sociais; contudo, o Estado é totalmente presente quando a questão é impulsionar os meios para a territorialização dos fluxos do Capital. Portanto, Harvey (2011) vê nas ações do Estado tal papel sendo desempenhado em vários lugares do globo. Fato importante levantado pelo próprio autor, Harvey (2011), é o papel do Estado norte-americano na crise de 2008 para salvar os principais bancos do país. (HARVEY, 2011). O Estado promove o avanço da fronteira agrícola na Amazônia brasileira, e de forma intensa, mesmo que para isso, tenham que adotar políticas que visam a degradação ambiental e o desalojamento de sociedades indígenas inteiras. Contudo, como veremos, apesar do intenso e constante avanço do Capital nas regiões do Cerrado e Amazônia, os povos indígenas, que tem na defesa de suas territorialidades, ações que visam exigir seus direitos, este, materializado por meio das demarcações de seus territórios, as Terras Indígenas, as suas culturas e sua existência por meio de uma organização do espaço do espaço não atrelada diretamente à capitalista.

Para tanto, à conceituação do termo “povos indígenas”, recorreremos à Pappiani (2009). Para esta, os povos que viviam na América antes da chegada dos europeus eram em grande número e muito variados na sua concepção étnica. Estima-se, que no Brasil, viviam em torno de 5 milhões de pessoas distribuídas por mais de mil etnias diferentes. De todas as etnias existentes há 500 anos, sobreviveram 220 delas. Nessas, encontram-se 180 idiomas, distribuídas em milhares de aldeias, com uma população estimada de 750 mil pessoas. Essas pessoas possuem, apesar de viverem atualmente no território brasileiro, idioma, cultura, território e estrutura social próprios. Sua organização sociocultural tem sua própria estética e um grande conhecimento sobre o meio ambiente, o que pressupõe, na força de sua cultura, uma autossuficiência. Além dessas pessoas que são reconhecidas pelos órgãos governamentais como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), outros tantos grupos ainda são desconhecidos, considerados isolados no meio da biodiversidade amazônica. De outra forma, em vários lugares do mundo, existem aqueles que já perderam seus territórios e idiomas, incorporando novas tecnologias e novos hábitos, porém mantêm o vínculo espiritual, constituindo assim uma identificação cultural e territorial, que tem como base o culto a seus ancestrais. De forma geral, os chamados povos indígenas, ou os povos tradicionais, das mais variadas partes do mundo, nos mais diversos idiomas, inclusive no Brasil, se autodenominam “povo verdadeiro ou gente de verdade”. O termo “índio” que identifica os diferentes povos em todo o continente americano é oriundo de um engano histórico. Na verdade, foi uma imposição vertical, vinda dos europeus que aqui chegaram, e, decidiram chamar os povos que aqui estavam pelo termo

genérico “índio”, descaracterizando toda a grande diversidade de povos e nações, corroborando com o grande extermínio dos povos originários dessas terras. O que se seguiu ao longo de toda a história pós colonização da América foi o surgimento depreciativo do termo “índio”, onde este, carregado de preconceito, tornou-se relacionado ao atraso, bárbaro, primitivo, dentre outros, rebaixando essas pessoas à categoria inferior de ser humano, onde muitas vezes nem é considerado humano. Segundo a autora, em outras partes do mundo como Japão e Austrália, por exemplo, os povos nativos sofreram da mesma forma que no Brasil, um processo de extermínio por conta do contato com os colonizadores dessas terras. Atualmente, tais países apresentam certo reconhecimento do extermínio sofrido por esses povos e na tentativa de reparação histórica, os respectivos governos buscam desenvolver políticas que visem algum reparo histórico como as políticas afirmativas para os povos indígenas. No que se refere ao Brasil, há tempos há uma grande luta e anseio pelos povos indígenas para que sejam reconhecidos e respeitados pela sua diferença, mas também pela sua igualdade, pois estes são povos de tradições milenares, oriundos desta terra, constituído de grande diversidade, e, que possui um grande legado deixado de seus ancestrais. Legado, dos quais muito poderíamos aprender e talvez construir uma nova possibilidade de existência. (PAPPIANI, 2009).

Quanto à conceituação de latifúndio seguimos a referência do Estatuto da Terra (1964), que apresenta a definição de imóvel rural, onde este é considerado um conceito referência para as demais definições. Assim, imóvel rural é conceituado como todo prédio de qualidade rústica, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, de forma que essa seja através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada. Nesse sentido, apresenta-se a classificação dos imóveis rurais como sendo minifúndio, propriedade familiar e latifúndio (por dimensão e por exploração), evidenciando, também, a conceituação de empresa rural. Assim, o imóvel rural pode ser considerado como latifúndio em duas situações: a primeira, como latifúndio por dimensão, quando sua área exceder a dimensão máxima de 600 vezes o módulo médio da propriedade rural ou ainda a 600 vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva região; a segunda, sendo considerado latifúndio por exploração, quando sua área não ultrapassar o limite referido na primeira situação, e apresentar dessa forma área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, sendo mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos. (TALASKA; ETGES, 2015)

Com relação à teoria e método, consideramos que, o materialismo histórico e dialético, método desenvolvido por Karl Marx, estudado e aplicado por David Harvey em suas análises teóricas sobre a produção capitalista do espaço geográfico e sua territorialização por todo o globo terrestre dialoga à proposta crítica deste trabalho. É por meio dessa perspectiva e, especificamente da leitura da obra “O enigma do capital” (2011), bem como da obra “A produção do espaço capitalista” (2005) do citado geógrafo David Harvey, que esta pesquisa buscou embasamento científico para entender como o Capital se territorializa na atual globalização para fazermos algumas análises sobre os conflitos territoriais no Alto Xingu.

É importante notar que, o termo “territorialização do capital”, apresentado neste texto, está diretamente relacionado a dinâmica do avanço dos fluxos do capital, que se apropria dos espaços e dos territórios para a produção do espaço capitalista, concebendo dessa forma, o território, tal qual entendido na geografia política clássica, onde o Estado está relacionado ao território de maneira intrínseca. Além disso, o conceito de “territorialização” aqui trabalhado também vai se desenvolver a partir da perspectiva da escola crítica da geografia, onde o foco do processo de territorialização está na dinâmica constituída por meio de conflitos e lutas sociais, bem como o caráter de territorialidade que denota afeições a identificação cultural que ganha também uma força por meio dos símbolos para a produção do território. (HAESBAERT, 2003). Entender esse processo de territorialização se mostrou complexo, porém essencial para entendermos a natureza dos conflitos aqui estudados.

Para representar cartograficamente tais conflitos, utilizamos a plataforma Xingu + do Instituto Socioambiental, beneficiando-se, assim, dos registros elaborados e atualizados para embasar visualmente os problemas citados neste trabalho. Lançamos mãos, ainda, de impressos e periódicos, artigos científicos, livros, para resgatar teorias e conceitos da geografia, para poder construir uma análise geográfica sobre o objeto de estudo aqui apresentado. Assim, obras como “O Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal” (2000) da Dra. em geografia Maria Lucia Pires Menezes, ajudou a traçar a configuração e organização deste trabalho, como a apresentação do problema em várias escalas: global, nacional, regional e local. Foi a partir dessa autora, inclusive, que pudemos ter a perspectiva de como trabalhar o tema “a questão indígena” e os conflitos territoriais que os envolvem, por meio do método geográfico de análise. A produção desta pesquisa, além dos dados obtidos por meio de obras científicas, registros cartográficos, imagens de periódicos e sites específicos sobre o tema, contou com a entrevista com Kuhupi Waurá, estudante universitário e membro do povo Waurá, uma das dezesseis etnias pertencentes ao território do

Parque Indígena do Xingu. A entrevista com Kuhupi Waurá era, a princípio, para ser feita a partir da pesquisa de campo; contudo, por motivos decorrentes da pandemia de COVID-19, e, por tanto, pela necessidade de isolamento social, o trabalho de campo foi substituído por uma entrevista via ferramenta Google Meet.

Para tanto, trataremos dos assuntos acima apresentados neste trabalho, dividindo-o em alguns capítulos. Portanto, no primeiro capítulo, trataremos um recorte geográfico focado na região do Alto Xingu, para tratar mais de perto da relação conflituosa entre os povos indígenas do Parque Indígena do Xingu e os latifundiários dos agronegócios produtores de soja, ambos com lógicas diferentes para com o uso do espaço. Apresentaremos nesse capítulo o histórico do avanço e estabelecimento do latifúndio no estado de Mato Grosso, onde a colonização das terras que eram território dos povos indígenas da bacia do Xingu, foram estimuladas e impulsionadas pelo Estado brasileiro, corroborando com o avanço do capital sobre esses territórios e obrigando os povos indígenas a se restringirem em pequenas reservas indígenas, ou mesmo se integrando às fazendas como mão de obra barata. É nesse cenário que o Parque Indígena do Xingu foi proposto como um novo método de reserva indígena, agora caracterizado como Terra Indígena, pois o mesmo, visava o mínimo possível de intervenção na cultura das diferentes etnias do Xingu, possibilitando que esses povos vivessem a partir da sua economia tradicional, por meio dos recursos oferecidos pelo meio biodiverso que caracteriza a bacia do Xingu. (MENEZES, 2000). Contudo, apesar da proposta inicial do projeto do Parque Indígena do Xingu se apresentar como “um mínimo de respeito às suas culturas”, esse é um território sob a tutela da União, cuja demarcação do mesmo, foi alterada por outro projeto que alterou a área proposta inicialmente (essa demarcaria praticamente toda a bacia do Xingu), ficaria, a partir de então, demarcada, por uma área onde as cabeceiras de drenagens, os afluentes do rio Xingu, ficaram fora do território do Parque Indígena do Xingu, (em uma dimensão espacial 10 vezes menor que a proposta inicial) e a partir de então, as nascentes dos rios ficariam dentro das propriedades agropecuárias, ficando sob o controle do Estado e dos proprietários das fazendas. Desde então, iniciou-se a degradação ambiental da biodiversidade do Xingu por meio de constantes desmatamentos, poluição das águas dos rios, prejudicando a qualidade de vida dos povos indígenas do Xingu, que tem nesses rios e florestas, sua base principal de sobrevivência.

No segundo capítulo, apresentamos a discussão sobre o contexto da macroeconomia global, caracterizada pela presença do Toyotismo e neoliberalismo como sistema de produção e políticas econômicas, e conseqüentemente, a tal conjuntura econômica mundial, a crise que

se instaura nos Estados Unidos em 2008, deflagrando uma grande crise econômica mundial no sistema capitalista de produção. Entender as consequências dessa crise no contexto da escala Brasil, bem como das lógicas territorializantes do capitalismo em território brasileiro é o intuito desse capítulo.

No terceiro e quartos capítulos, apresentaremos a bacia hidrográfica do Xingu. A bacia hidrográfica é apresentada aqui como unidade espacial para nos dar a dimensão do problema a ser analisado, já que, os conflitos apresentados neste trabalho têm origens nas demarcações de territórios que tiveram as regiões das cabeceiras de drenagens excluídas dessas demarcações, ficando o controle desses mananciais aos interesses de outros grupos e, não aos interesses dos grupos pertencentes ao território demarcado; bem como a proposta de solução ou, no mínimo a mitigação desses. A bacia do Xingu, como um espaço que apresenta, ao mesmo tempo, de forma contraditória, um ambiente bem preservado, com a presença de importantes culturas indígenas convivendo de forma equilibrada com o seu meio e, por outro lado, o presente e veloz avanço do Capital que implementa com toda a sua técnica, uma configuração em rede, de forma que essa se territorializa se apropriando dos territórios, desterritorializando povos e instalando os meios para permitir a dinâmica dos fluxos do capital. Entendido a importância da bacia hidrográfica para as nossas análises, dividiremos a bacia do Xingu em três regiões com características marcantes entre si, apresentando tal divisão em: Alto Xingu, Médio Xingu e Baixo Xingu, de forma a seguir o curso do rio Xingu, nível de base da bacia, da sua montante à jusante. Dessa forma, apresentaremos algumas das ações predatórias na bacia do Xingu, acarretando, por tanto, em diferentes conflitos gerados pela falta de respeito aos direitos dos povos indígenas e da preservação da biodiversidade da área estudada. (ISA)

Dessa forma, portanto, entenderemos, enfim, que o Estado brasileiro, caracterizado, como Estado capitalista, apresenta nos seus planejamentos territoriais uma intencionalidade política voltada à lógica da expansão e concentração do Capital sobre os territórios povoados pelas diferentes etnias indígenas e outros povos tradicionais da bacia do Xingu. (MENEZES, 2000)

## **1. O CONFLITO TERRITORIAL ENTRE POVOS INDÍGENAS E OS FAZENDEIROS DO AGRONEGÓCIO NO ALTO XINGU.**

### **Introdução**

#### **1. 1. Os Povos Indígenas e seus territórios**

Os Povos Indígenas, na força de sua cultura, vivem conforme suas vontades e crenças, e conseqüentemente, do seu entendimento sobre a organização e necessidades estratégicas de poder e ocupação do território. Portanto, cabe aos próprios povos indígenas sobre o tamanho de suas famílias e da população que desejam, de forma que, atendam às necessidades relacionadas ao funcionamento de seus sistemas de organização sociocultural. (PAGLIARO ET AL., 2005). Ainda com base em Pagliaro et al. (2005), tem ocorrido no Parque Indígena do Xingu um processo de recuperação populacional por conta do desejo e a decisão de crescer, claro que, este estivera associados às várias circunstâncias favoráveis. Essas, caracterizam-se pela contenção dos conflitos com as frentes expansionistas da sociedade nacional, uma menor exposição às epidemias, e, o domínio garantido de seus territórios (demarcação das Terras Indígenas), de forma a preservar suas identidades culturais e a preservação do meio ambiente e sua biodiversidade. (PAGLIARO ET AL., 2005)

No entanto, o Brasil, apesar das iniciativas defendidas pela constituição de 1988, como a demarcação das Terras Indígenas, vem cada vez mais, por meio do Estado de lógica burguesa, pressionando essas áreas pela implementação de políticas econômicas neoliberais voltadas às lógicas da globalização, como ocorre com a promoção do avanço do agronegócio nos entornos das áreas indígenas, contaminando seus solos, desmatando suas florestas e destruindo seus mananciais, promovendo a impossibilidade desses povos continuarem a viver os seus modos tradicionais de vida. (NOVAES, 2007). Para MENEZES (1982), apesar da importância apresentada pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), existe uma relação vertical representada por esta, seja pela restrição territorial causada pela reserva indígena e por conta dessa, iniciou-se uma alteração nos modos de vida dos povos indígenas da Bacia do Xingu, como no caso dos Xavantes, povos estudados pela autora, e mesmo porque, é uma instituição estatal que, pelo o que podemos perceber, dificilmente criaria um órgão voltado aos interesses dos povos indígenas; nesse sentido, a interpretação de Menezes (1982) é de que a FUNAI foi desenvolvida especificamente para o controle dos povos indígenas e, não pelo que ela parece ser. O fato da FUNAI ter o importante papel de reconhecer os territórios e ao mesmo tempo o INCRA liberar o avanço da agropecuária em terras fronteiriças a essas terras Indígenas, acabou instaurando uma política onde ficam esclarecidos os interesses

desenvolvimentistas. O que se constituía importante para o governo era cumprir o objetivo iniciado para a integração nacional, foco do governo de Getúlio Vargas que instituiu a “Marcha para o oeste”. Para tanto, se os povos indígenas deveriam ter um território reconhecido pelos órgãos do governo, eles precisavam se integrar à lógica do desenvolvimentismo nacional. (MENEZES, 1982) Nesse sentido, esse contexto relacionado aos Xavantes, pode ser relacionado aos dos outros povos da bacia do Xingu, pois as iniciativas governamentais que visavam atrelar os povos indígenas ao sistema predominante na região nos anos 70, ainda é o objetivado atualmente. Fato que confirma tal afirmação, é a instauração do projeto Belo Monte, abandonado nos anos 80 por conta da resistência apresentada pelos povos do Xingu, liderados por Raoni Metuktire da etnia Kaiapó, no Médio Xingu. Esse projeto que antes se chamava Cararaô, foi reapresentado como Belo Monte e implementado a partir do governo da presidenta Dilma Rousseff. Como podemos perceber, essa lógica desenvolvimentista dos anos 70 foi reaplicada na bacia do Xingu pelo Projeto Belo Monte. Dessa maneira, os povos indígenas, tem sido influenciado a se adaptar ao modelo da globalização, assim como os Xavantes se adequaria ao sistema de produção capitalista, necessário para os objetivos de desenvolvimento nacional de integração nos anos 70. “As medidas tomadas pela Fundação nos últimos anos na área Xavante demonstram com clareza o interesse do órgão em criar mecanismos eficientes de controle sobre o grupo por uma intervenção planejada.” (MENEZES, 1982). Portanto, tais instituições, dependendo de quem governa, se apresentam mais como instituições de controle estatal sobre os povos indígenas do que órgãos que de fato apoiam seus direitos. Dessa forma, segundo os estudos de Menezes (1982), o Estado prioriza os interesses da colonização latifundiária em detrimento dos povos indígenas. (MENEZES, 1982).

#### 1.1. 1. O Parque Indígena do Xingu: um modelo para uma nova utopia?

O Parque Indígena do Xingu (PIX) é delimitado desde a região dos formadores da bacia hidrográfica do rio Xingu, ao sul, até sua delimitação ao norte próximo da divisa com o estado do Pará. Sua área mede 32 mil Km<sup>2</sup>. Projetado e fundado a partir das iniciativas apoiadas por alguns intelectuais e políticos conhecidos da época, bem como das ações dos irmãos Villas Bôas que participaram da criação do Parque em 1961. Os objetivos giravam em torno da preservação dos Povos Indígenas na região vulneráveis diante da especulação de terras que estavam ocorrendo em Mato Grosso a partir do declínio do ciclo da borracha (PAGLIARO ET AL., 2005). Nesse sentido, várias etnias participaram, então, desse

movimento migratório com destino ao Parque Indígena do Xingu, somando-se, atualmente, em 16 etnias presentes no território do Xingu. Estas etnias são: Waura, Mehinaku, Kaiabi, Txicão, Kren-Akrore, Yawalapiti, Kalapalo, Kuikuro, Matipu, Nafukuá, Suyá, Tapayuna, Aweti, Kamaiurá, Juruna e o Naruvôtu. Os povos de boa parte do Parque Indígena do Xingu pertencem à cultura do Alto Xingu.

**Figura 1.** Parque Indígena Xingu: Aldeia Kalapalo/Alto Xingu, 2009.



**Fonte:** ISA, 2020.

Na paisagem acima (Figura 1) temos uma das 16 aldeias que formam o território e os diferentes povos e etnias do Parque Indígena do Xingu. Neste caso, temos a organização territorial e ocupação do solo pelos povos Kalapalo. Perceba a grande diferença entre esta paisagem com a da cultura da soja pelo latifúndio. Se observarmos com atenção os detalhes da produção do seu espaço, percebemos que seus valores culturais dialogam diretamente com o equilíbrio ambiental. Os povos do Xingu apresentam uma preocupação constante sobre o que acontece com suas terras. Se preocupam com as nascentes que estão fora de seus territórios e com o avanço dos “branco” em suas terras na busca incessante de recursos naturais para ganharem dinheiro. O pensamento da cultura capitalista baseada no lucro e na vantagem, em nada tem a haver com a concepção de mundo dos povos do Xingu. Neste, encontramos uma

relação intrínseca entre os seus cotidianos e a natureza. No Xingu tudo acaba tendo uma relação espiritual entre os indivíduos e a natureza das águas, da floresta, dos animais e outros povos. Tudo é vivo e muito artístico. A própria percepção do tempo é totalmente diferente do espaço-tempo da cultura do lucro. A pressa não dirige a maneira de ser dos povos indígenas. Seu tempo é outro; é um tempo caracterizado pela à própria natureza do meio social desses povos. (NOVAES, 2007)

**Figura 2.** A cultura em torno do rio Xingu no Parque Indígena do Xingu



**Fonte:** Origens Brasil, 2020.

Nessa imagem (Figura 2), vemos crianças da sociedade alto xinguana se banhando e brincando no rio próximo às suas aldeias. Perceba que não há adultos gerenciando as crianças; elas são livres e autônomas. Aprendem desde muito cedo como viver na floresta, rios, de tal forma que, tudo soa harmonicamente em suas relações. Quando ocorre problemas relacionados a acidentes no percurso de seus cotidianos, resolve-se os problemas e a vida continua a fluir. O rio, a floresta, os animais são elementos centrais na cultura indígena e, cada etnia, cria sua relação identitária e de sentidos simbólicos. (NOVAES, 2007).

**Figura 3.** Ritual característico das culturas alto xinguanas



Fonte: Origens Brasil, 2020.

Na cultura do Alto Xingu, etnias como Kalapalo, Kuikuro, Waurá, Yawalapiti (Figura 3) são semelhantes entre si no modo da produção e interpretação dos sentidos. Tudo no Alto Xingu tem um caráter espiritual:

[...] para os indígenas do Alto Xingu, tudo tem uma relação intrínseca com a natureza e, essa relação tem sempre um caráter espiritual; o espírito do tatu, o espírito do sapo, e assim por diante, de forma a dar uma explicação mitológica aos fenômenos ocorridos na sociedade Alto Xinguanas [...]. (NOVAES, 2007)<sup>1</sup>

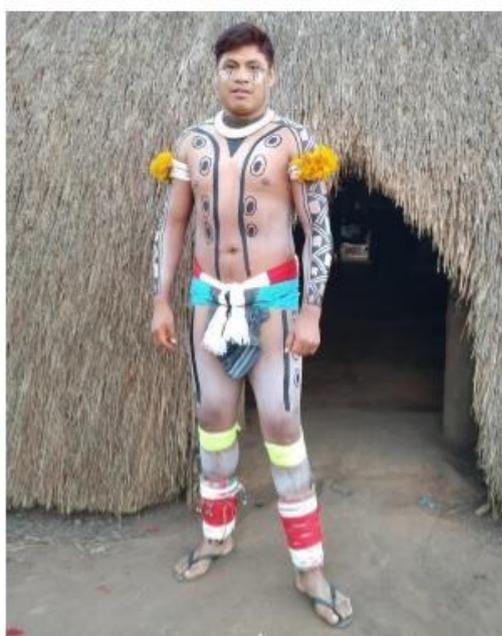
A vida social Alto Xinguanas é permeada por arte, cores, alegria, espiritualidade, equilíbrio, uma verdadeira fonte material para utopias. Segundo (NOVAES, 2007). “Estar no Alto Xingu é ter um encontro com as utopias criadas para um mundo melhor”. Tamanha é a sensação de estar em um lugar onde o tempo e o espaço são outros, com uma organização territorial que, nem de longe, se compara à degradação causada pela produção do espaço capitalista. (NOVAES, 2007). Para Kuhupi Waurá, pertencente da etnia Waurá, no Parque Indígena do Xingu:

Viver em uma aldeia é muito diferente de viver em uma cidade. Na aldeia podemos caçar, pescar, enfim, conseguimos nossa comida com mais liberdade. O mais difícil de viver fora da aldeia é a diferença na cultura. O jeito de viver com pressa na cidade não é o jeito que vivemos na aldeia, porque lá não temos pressa; lá temos mais liberdade. É um grande desafio para eu viver na cidade.; as diferenças entre viver nas cidades e no Xingu é muito grande. Acontece um sentimento muito triste pela falta da vida na aldeia, porque lá é muito mais livre. <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Trecho da fala de Whashington Novaes no documentário “Xingu: a terra ameaçada”

Pela fala citada acima, podemos formar uma ideia do que é a vida no Parque Indígena no Xingu; no entanto, a vida cultural dos altos xinguanos é inimaginável em um sistema organizacional do espaço capitalista. (NOVAES, 2007). Como podemos notar na imagem (Figura 3), temos a representação da cultura Alto Xinguanas; é muito importante para os altoxinguanos as suas simbologias e sua relação com o corpo. Segundo Novaes, os altoxinguanos não apenas praticam e adoram as pinturas, danças e toda a sua arte; a própria vida dessas pessoas nesse lugar é uma obra de arte. (NOVAES, 2007).

**Figura 4.** Representante da etnia Waurá e suas pinturas corporais como expressão cultural do Alto Xingu. <sup>3</sup>



**Fonte:** Kuhupi Waurá. (s/d)

Para as culturas dos povos indígenas no Parque Indígena do Xingu, as pinturas corporais se relacionam às percepções espirituais atreladas aos elementos das sociedades indígenas no Alto Xingu. Nesse sentido, percebemos na paisagem a característica peculiar do lugar, que no caso, é a relação que o Parque Indígenas Xingu construiu historicamente para com os agentes naturais, onde, sobretudo habitantes locais e a suas formas de produzir seus espaços e usos do território de forma direta com sua cultura milenar onde tudo tem um significado com o sagrado (simbólico, afetivo). (NOVAES, 2007)

As etnias que vivem no Xingu se apropriaram do uso dos espaços resgatando os significados de suas vivências que outrora se davam não necessariamente onde hoje se encontram, pois, com o avanço da fronteira agrícola, estes moveram-se para territorializar-se em um novo espaço, ressignificando, nesses, os aspectos territoriais que viviam. Em outras palavras, o novo território (PIX) foi ressignificado pela força de suas culturas, reterritorializando seus modos de vida. (MENEZES, 2000, p.)

Os modos de vida do Alto Xingu possuem relação direta com um espaço onde a presença da floresta biodiversa marcada pela centralidade e significados do rio Xingu e seus afluentes se tornam elementos da identidade cultural do lugar. Para Rogério Haesbaert (1999), o conceito de identidade é exatamente esta relação de proximidade existente entre os agentes para com as coisas (objetos) ou para com o coletivo, neste caso, as etnias e seus símbolos apresentados na arte de seus cotidianos.

Os símbolos de seus cotidianos se apresentam em seus modos de vida de forma integrada. Essa relação existente dos povos indígenas com seus territórios é “cheia de sentidos” simbolizando o sagrado nos elementos que formam seus espaços e na forma de viver. Seus rituais demonstram relação direta com seus cotidianos e se materializam no espaço por meio de um convívio equilibrado com o meio natural. (NOVAES, 2007). Para Haesbaert (1999):

O deslocamento de sentido nunca pode ser total e o símbolo necessita sempre de algum referente concreto para se realizar. Este referente pode ser, por exemplo, um recorte ou uma característica espacial, geográfica, e neste caso podemos ter a construção de uma identidade pelo/com o território. (HAESBAERT, 1999, p.178)

A partir das afirmações de Haesbaert (1999), os rios, a fauna e a flora, no contexto dos povos do Xingu, são deste modo, o epicentro referencial e materializador relacional de um todo simbólico na somatória dos elementos (música, dança, ritos de passagem, a guerra), que é a cultura própria do lugar estabelecida historicamente atrelada às formas de produzir os espaços em equilíbrio com a natureza. É o referencial simbólico, enquanto objeto geográfico, dos indivíduos e dos grupos que o vivenciam de alguma maneira. (HAESBAERT, 1999).

Assim como as fantasias e as pinturas com as cores e formas que representam entes das florestas e dos espíritos, outros objetos são caracterizados com essa proximidade com a natureza em sentido de extensão, como os bancos e cerâmicas fabricados em formas de animais, bem como suas casas construídas com elementos tirados diretamente das florestas e dispostos de forma a acomodar seus habitantes proporcionando conforto e segurança. (NOVAES, 2007). Segundo Novaes (2007), “o índio do Xingu vive um drama. Ele quer a tecnologia do 'branco', mas não sabe o contexto de produção dessa tecnologia, o que faz com que, sua forma genuína de produzir seu espaço, vá dando lugar a outras formas de relação de produção, de forma a criar necessidades e desejos antes não observados e iniciando um processo de mudança da percepção de vida”. A maneira da produção dos povos do Xingu é muito diferente da produção capitalista. “Um banco que leva dias para ser feito na lógica de produção artesanal do índio não tem o mesmo valor de troca de um objeto produzido em poucas horas em uma indústria capitalista.” (NOVAES, 2007). Essa relação discrepante entre o mundo indígena e o mundo capitalista apresenta um grande drama vivido pelo indivíduo indígena. Uma pessoa que cultua os valores de sua etnia indígena encontra muitas dificuldades fora da sua cultura; sente-se, na maioria das situações em que sai das Terras Indígenas para viver nas cidades ou em outros lugares da cultura capitalista se veem deslocados e desvalorizados pelo enorme preconceito social vigente no país. (NOVAES, 2007). Para a sociedade capitalista, o indivíduo indígena não tem “valor”, não é respeitado pelo seu conhecimento, pois o seu modo de produção ligado ao tempo da natureza e ao mesmo tempo com o sagrado, em nada se aproxima com a velocidade voraz e destrutiva da busca da mais-valia do sistema capitalista. Para Pereira (2010, p. 78), “As inovações impingem novas mudanças por parte dos trabalhadores, gerando a perpetuação das transformações e impulsionando a ideologia do progresso de forma visceral na vida burguesa.”. Essas inovações tecnológicas na sociedade capitalista requerem mudanças constantes para alimentar a materialidade da ideologia do progresso de tal forma que essas são como elementares ao sistema. E é essa ideia de progresso cultuada pela sociedade capitalista que se sobressai na produção do espaço capitalista, fazendo do indivíduo pertencente à tradição indígena, um sujeito vulnerável aos preconceitos, pois a lógica dos povos indígenas não é a racionalização ocidental, carregada da ideia de progresso e da busca do lucro máximo, que se sobrepõe a tudo e a todos, mas sim, a lógica da vida, do coletivo, do sagrado e do equilíbrio com o meio a que pertencem. (NOVAES, 2007).

1. 1. 2. A importância do Rio Xingu e a preservação de suas nascentes: o conflito pelo direito a água

Além da atual pressão sofrida pelas Terras Indígenas no Alto Xingu pelas obras de formação da rede viária para o escoamento da produção do agronegócio na região, o que caracteriza o avanço da produção capitalista do agronegócio e outras formas predatórias de usos do solos, principalmente, sobre os territórios dos povos indígenas da região, esses já sofrem diversos outros problemas de ordem territorial como os desmatamentos e envenenamento de seus entornos, colocando em risco a qualidade e sobrevivência dos rios da bacia do Xingu e de invasões criminosas em seus territórios por garimpeiros, pescadores e madeireiros. (ISA, 2020).

Os problemas que atingem os rios da bacia do Xingu, bem como o próprio nível de base da bacia, o rio Xingu, são oriundos do processo de colonização organizado pelo Estado, bem como de todo processo de grilagem sobre as terras que deveriam fazer parte do Parque Indígena do Xingu. Ainda na época, seus limites territoriais não abrangeram as nascentes dos afluentes que formam o rio Xingu (Figura 5). Por conta disso, áreas que ficaram de fora das demarcações foram colonizadas e transformadas em fazendas do agronegócio. Com as cabeceiras de drenagem, agora em território dos latifundiários, um drama se apresenta para os povos indígenas; a poluição e degradação da bacia do rio Xingu por causa do constante desmatamento e uso de agrotóxicos nas lavouras de soja. (MENEZES, 1999).

Como podemos perceber no mapa abaixo (Figura 5), o nível de base da bacia, o rio Xingu, é formado nas confluências dos rios: Kuluene, Batovi e o Ronuro; ambos, formados nas cabeceiras de drenagens dos Planaltos onde se encontram a Serra do Roncador. Suas nascentes se encontram, no que atualmente podemos chamar de territórios da soja, pois o rio cruza as fazendas de soja da região leste do estado de Mato Grosso. Nesse sentido, o Parque Indígena do Xingu, bem como, todo o território do Médio e Baixo Xingu, que tem no rio Xingu sua base de sustentação da vida, se viu muito prejudicado, pois as principais nascentes formadoras do rio Xingu ficaram fora das demarcações territoriais das Terras Indígenas da bacia do Xingu. (MENEZES, 1999)

Novamente, temos o conflito entre esses territórios no que diz respeito ao uso do solo que são distintas entre si. As terras indígenas e os demais povos tradicionais têm na produção do seu espaço a sustentabilidade na relação com o rio e toda a sua natureza adjacente. Já as fazendas de soja e gado, tem na busca do lucro máximo, seu principal objetivo, deixando as questões relacionadas ao equilíbrio ambiental em segundo plano ou, muitas vezes, sem plano

algum. Os povos indígenas da bacia do rio Xingu acusam os fazendeiros de degradarem o rio e seu entorno de forma que, este se encontra em constante processo de assoreamento e erosão por causa do desmatamento e de poluição por uso de defensivos agrícolas como agrotóxicos. No atual governo federal do presidente Jair Bolsonaro as coisas ficaram ainda mais difíceis:

Segundo Kuhupi Waurá:

Então, sobre a questão da bacia do Xingu, das nascentes do rio Xingu, tem muita poluição por agrotóxicos; tem desmatamento, também. Tem os fazendeiros que vão lá; tem garimpeiros, pescadores, caçadores. Tem algumas partes do Xingu que tem isso, por ser uma área muito preservada, sofre bastante com esse problema e, o povo tem conhecimento desse problema. Já teve várias manifestações por causa dessa situação. [...]Nessa pandemia no governo Bolsonaro aumentou muito o desmatamento; as pessoas do Xingu já se manifestaram; escreveram uma carta de repúdio no ministério do meio ambiente. Atualmente, no governo Bolsonaro está bem difícil, pois tem bastante luta.<sup>5</sup>



Assim, apesar dos povos nas Terras Indígenas praticarem o uso e apropriação do solo de forma equilibrada e sustentável, o latifúndio da sojicultura e do gado (bem como, os demais agentes inter-relacionados, como os garimpeiros, madeireiros, pescadores, caçadores, as manchas urbanas adjacentes a esses territórios) tem uma forma agressora ao meio ambiente e poucos investimentos em aplicações conhecidas como sustentáveis. Portanto, com o avanço constante do agronegócio, os povos indígenas dessas áreas veem cada vez mais um futuro incerto para seus territórios, que sofrem por conta da degradação das áreas de nascentes dos afluentes que fazem parte da rede de drenagem da bacia do Xingu. (MENEZES, 1999). Apesar dessa situação difícil, os povos indígenas do Xingu são bem organizados politicamente e estão sempre preparados para resistirem em defesa de seus territórios, “as lideranças lá do Xingu estão preocupadas com essa questão. Vão manter a luta.” (KURRUPI WAURÁ, 2021). Para os povos do Xingu, o território é entendido de uma forma muito afetiva e permeada por uma territorialidade singular, onde o a arte e o sagrado apresentam o sentido de suas vidas diretamente relacionada ao verdadeiro uso sustentável do meio em que vivem, “O território representa muita coisa 'pra' gente. É lá que a gente consegue viver com mais liberdade e proteção. A terra é como se fosse uma mãe 'pra' gente” (KURRUPI WAURÁ, 2021). Assim, os povos do Parque Indígena do Xingu vêm insistentemente resistindo ao avanço do Capital.

Sem dúvidas que a vida cotidiana desses povos já está sendo alterada por causa da influência do contato com o 'branco', contudo, ainda é um oásis em meio à territorialização capitalista na bacia do Xingu. Mais ameaçado do que nunca; porém tão forte e alegre como sempre. (NOVAES, 2007).

*5. Trecho da entrevista com Kuhupi Waurá (estudante de geografia da UFSCar – Sorocaba e pertencente à etnia Waurá no Parque Indígena do Xingu)*

## 1. 2. Formação e consolidação do latifúndio no Brasil

A relação entre a Coroa Portuguesa e a Colônia no período das grandes navegações era a “divisão” das possíveis riquezas que ora fossem encontradas. Nesse sentido, a Coroa tinha uma dívida aos patrocinadores das grandes navegações e conquistas do novo mundo.

[..] Nesse equilíbrio, onde foi preciso garantir a burguesia que financiou grande parte das navegações europeias uma participação efetiva nas riquezas de maneira limitada, pois o rei de Portugal colocou nas mãos da fidalguia lusa o poder de controlar as terras. Portanto, a distribuição de terras na América Portuguesa seguiu critérios tradicionais de uma sociedade feudal que se encontrava em decadência na Europa. (CHAVES, 2008, p. 8)

As capitanias hereditárias foram as primeiras divisões de terras na colônia portuguesa. A partir dessas divisões estabeleceu-se a organização do Engenho; nome dado ao sistema de produção que se formava das plantações de cana, dos processos de produção de açúcar e das presenças dos escravos e da casa-grande. (FAUSTO, 2014).

Esse pensamento e relação da Coroa portuguesa aderido aos interesses da “elite lusitana” construiu as bases para a formação da concentração fundiária no Brasil, pois foi a partir dessa premissa, que se instituiu as capitanias hereditárias:

[...] A lógica da acumulação primitiva de capitais que forjou as grandes navegações, abriu caminho para outra lógica que garantisse certa unidade territorial nas mãos de pessoas da confiança da Coroa durante e após o processo de ocupação. As Capitanias Hereditárias e as Sesmarias foram mecanismos seguros para realizar essa tarefa, foi o primeiro passo em direção à concentração fundiária e a origem do latifúndio no Brasil. (CHAVES, 2008, p.8)

Arregimentando as condições políticas que garantiam os interesses dos colonos, o Estado português apresentou um papel de grande importância na organização da colônia.

O indiscutível papel do Estado português na organização econômica, política e social da América podem ser confirmados pelos inúmeros documentos do Conselho Ultramarino, ou mesmo em relatos da época de administradores provinciais e de negócios particulares. (CHAVES, 2008, p. 9)

Foi a administração e organização eficiente da Coroa portuguesa vinculada aos interesses dos fidalgos lusitanos que deram as condições do surgimento do latifúndio nas colônias brasileiras. No entanto, a dita América Portuguesa não era um território

desabitado. Os povos originários destas terras sofreram uma violência e uma brutalidade semelhante ou pior que os camponeses europeus sofreram durante o processo de acumulação.

O emprego da força foi indiscriminado, além de desocupar o território era preciso submeter o nativo ao trabalho escravo, de tal forma que 'a marcha inexorável da colonização prosseguia em seu avanço, deixando no rastro o sangue das populações nativas.' (GUIMARÃES, 1989, p.15). A Igreja Católica também deu sua contribuição convertendo a força o gentio selvagem num cristão dócil e submisso as novas relações de dominação. (CHAVES, 2008, p.9)

Os portugueses empreenderam no Brasil Colônia um método administrativo muito parecido com o modelo centralizado da experiência feudal no Velho Mundo. Basta entender que, a ordem feudal da sociedade portuguesa de 1500, baseava-se no domínio monopolista do território, sendo, portanto, a terra o principal meio de produção, cuja importância desta dava ao seu possuidor, o domínio e poder absoluto para sobrepor às demais classes aos seus interesses por meio da coação econômica, bem como além desta. Portanto, o signo da grande propriedade já em decadência na Europa do século XVI, se perpetuava em terras brasileiras, fazendo de seu possuidor, um reproduzidor da tradicional fidalguia lusitana, dono de toda a terra e, agora, também escravizador dos povos que nestas se encontravam. (CHAVES, 2008)

Como podemos observar houve uma intencionalidade política de conservar nas mãos da fidalguia o poder político sobre a terra e os indivíduos, da mesma forma que combinadamente a burguesia mercantil se apoderou das relações econômicas ao se estabelecer como classe privilegiada no trato comercial, ou seja, na negociação da produção. Assim formou-se o latifúndio brasileiro, aos moldes do sistema feudal europeu a terra estava concentrada nas mãos de pouquíssimos senhores da confiança Real. (CHAVES, 2008, p.10)

O que poderíamos concluir da formação colonial e da primeira divisão de terras no Brasil Colônia é que, apesar da lógica, aparentemente, semifeudal nas aplicações das capitâneas hereditárias e das sesmarias, a colônia fazia parte da lógica primitiva do capitalismo como parte da divisão internacional da produção, pois a cana-de-açúcar era plantada no sistema de plantation, justamente para possibilitar as dinâmicas do comércio mundial da época. A isso podemos chamar do primeiro processo de globalização econômica no mundo do século XVI.

### 1. 2. 1. O Brasil e a lei de terras de 1850: da lógica da posse à lógica jurídica

A lei de Terras de 1850 trata da aquisição de terras públicas apenas pela compra. Essa lei favoreceu, obviamente, aos detentores de capital para efetivar tal compra, enquanto, os posseiros sem dinheiro, não conseguiram assegurar o direito à terra por falta de condições econômicas. A Lei de Terras decretada no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa. (COSTA, 1999). Antes da lei de 1850 o critério para ser dono era a efetivação da produção das terras que tinham tomado posse; coisa que, após a lei, se inverteu, em uma mudança brusca e abstrata; pois agora não era necessário tomar posse e ter que cultivar a terra, mas sim, apenas ter o registro da terra. Essa mudança de base econômica para jurídica da validação de terras, incitou graves mudanças no cenário brasileiro desencadeando a terrível especulação de terras do nosso latifúndio brasileiro. Na verdade, o real interesse objetivado na lei de terras de 1850 estava atrelado à necessidade de formação da mão de obra para as fazendas. Nesse sentido, dificultando o acesso à terra à população que estava interessada, teriam uma garantia de mão de obra desses “sem terras” para trabalhar nas fazendas, já que, o sistema de escravidão estava entrando em queda naquele contexto. (COSTA, 1999)

A caótica situação da propriedade rural e os problemas da força de trabalho impeliram os setores dinâmicos da elite brasileira a reavaliar as políticas de terras e do trabalho. A Lei de Terras de 1850 expressou os interesses desses grupos e representou uma tentativa de regularizar a propriedade rural e o fornecimento de trabalho, de acordo com as novas necessidades e possibilidades da época [...] O projeto baseava-se nas teorias de Wakefield e inspirava-se na suposição de que, numa região onde o acesso à terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que elas fossem compelidas pela escravidão. A única maneira de obter trabalho livre, nessas circunstâncias, seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas” (COSTA, 1999, p.176-177)

Após a independência do Brasil em 1822, foram abolidas as doações de terras feito pela Coroa e, e a ocupação era a única maneira de adquirir terras, até o decreto da lei de 1850.

Na época da Independência, a doação de lotes, característica da política de terras coloniais, foi abolida, e até 1850, quando a Lei de Terras foi decretada, a ocupação tornou-se a única forma de obter terra (exceção feita da compra ou herança). Tal fato criou uma situação anárquica no sistema da

propriedade rural, uma vez que os direitos dos ocupantes não foram reconhecidos pela lei. (COSTA, 1999, p.176).

A partir dos acontecimentos ocorridos no século XIX, o fim da escravidão e a proclamação da república, o latifúndio tomou outro rumo no Brasil; O rumo de Minas Gerais e São Paulo, na política do café com leite; essa que foi superada pela modernização do país a partir de Getúlio Vargas, na década de 30. A partir de então, inicia-se um novo processo de colonização do Brasil rumo ao interior do país: a marcha para o oeste.

#### 1.2. 2. A produção do espaço geográfico agrário brasileiro na globalização toyotista no estado de Mato Grosso: o agronegócio da soja

O Estado do Mato Grosso desponta para o “mundo” moderno a partir da década de 1940, com o pioneirismo paulista no avanço do cultivo pecuário do norte do Paraná, posteriormente atingindo áreas do atual Mato Grosso do Sul. Duas décadas após, o sistema de colonização deste vasto território se deu pela população sulista brasileira, com finalidade de expandir a produção agrícola do trigo e da soja. (CUNHA, 2006)

A histórica agrícola nacional está ligada diretamente com o processo de colonização que beneficiou as políticas e a economia das grandes propriedades privadas. A partir da década de 1960, o país passa pelo desenvolvimento agrícola modernizado, trazendo consigo, além de novas técnicas de produção, problemas ambientais e socioeconômicos (BALSAN, 2006). No que se refere aos problemas ambientais, podemos salientar o uso de químicos neste modelo de produção tecnicidade, altamente prejudicial ao solo, ao sistema hídrico, aos trabalhadores e aos consumidores; além do desmatamento em larga escala e a destruição dos biomas. Já no que se refere aos problemas socioeconômicos, se encontra a desigualdade entre este novo mundo, mecanizado, detentor de técnicas e insumos diversos, para com a agricultura familiar e na representação de luta do campesinato, que perde espaço gradativamente dentro desta lógica. (OLIVEIRA, 2007).

Esta é uma configuração típica de fronteira agrícola, onde o espaço virgem está aberto ao novo, de maneira a se introduzir formas e conceitos de vida de uma civilização técnica mercantil em detrimento à outra. Segundo Machado (1995), bem como, Martins (2009), nessas áreas de fronteiras agrícolas existem grandes interesses culturais e econômicos ligados ao agronegócio, sempre em função da lógica do capital e sua

expansão territorial. Como podemos observar na imagem a seguir (Figura 6), o desmatamento da floresta amazônica no norte do estado do Mato Grosso dá lugar à agroindústria da soja.

**Figura 6.** Fronteira agrícola no Mato Grosso.



**Foto:** Paulo Santos (2015)

Esta política de desenvolvimento econômico regional fazia parte do plano de integração nacional no período militar brasileiro, ligando o avanço agrícola sulista ao centro-oeste e este, à Amazônia através de rodovias e sistemas intermodais de escoamento (Cunha, 2006). No ano de 2010, o estado do Mato Grosso foi responsável por 23,4% da produção de soja do país, e contribuiu com 16,8% do PIB agropecuário brasileiro, se consolidando como uma unidade administrativa nacional em pleno desenvolvimento econômico e demográfico, com uma população de 3.035.122 pessoas (CAMARGO, 2016). Segundo a antropóloga Menezes (1982), a Igreja Evangélica foi responsável, durante o pioneirismo de colonização do Mato Grosso na década de 1960, pela difusão deste modelo, como sendo o ideal produtivo e alternativo à reforma agrária prevista, uma vez que a população rural já apresentava carências em relação à terra. Este modo de vida viria a garantir uma estabilidade financeira para os novos trabalhadores, que passariam a ser contratados pelas grandes fazendas da nova frente de expansão da soja e da pecuária.

### 1.2. 3. A dinâmica da territorialização da soja no Brasil

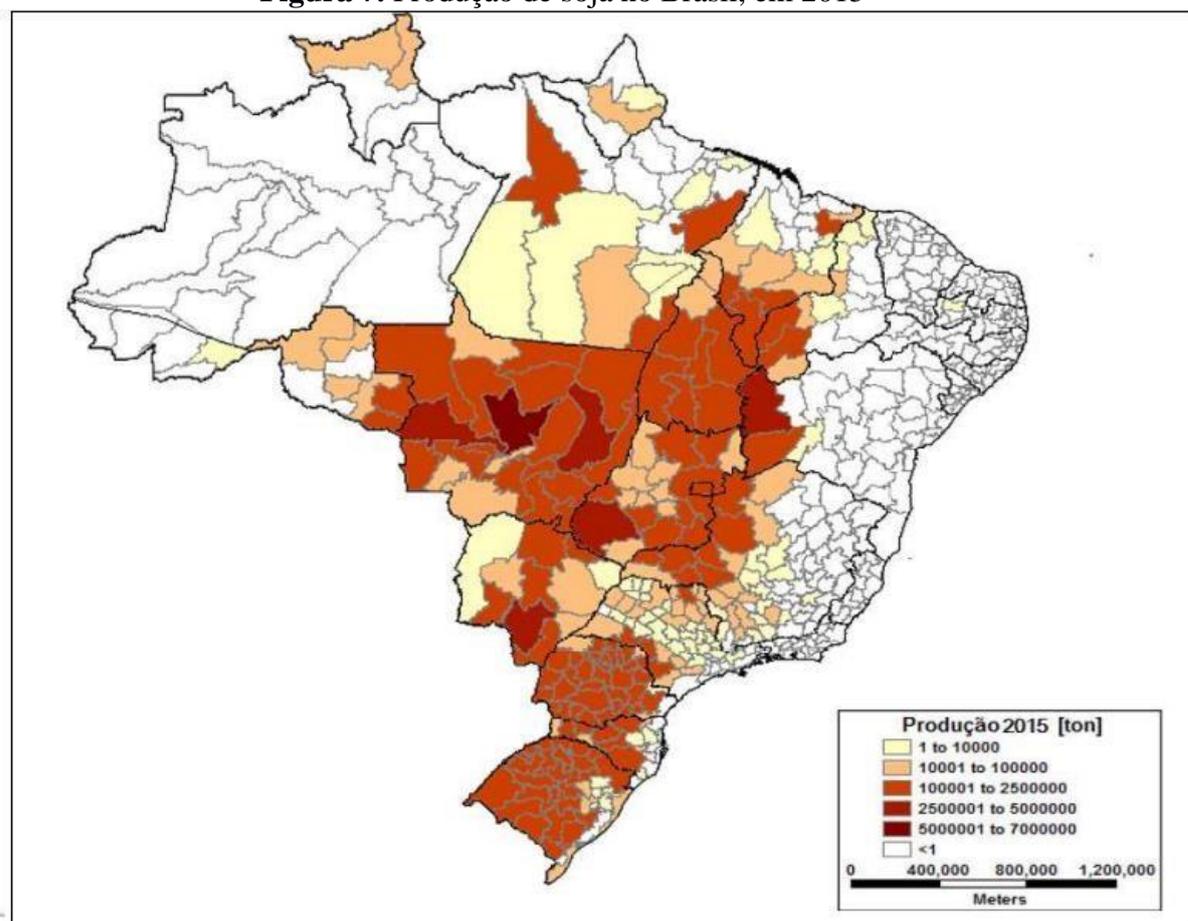
Para o desenvolvimento do agronegócio é indispensável uma política de planejamento territorial voltado para a melhoria da logística. Por logística entende-se as infraestruturas viárias e de armazenamento. Rodovias, hidrovias, ferrovias, aeroportos e portos são tipos de infraestruturas viárias. Galpões, Silos, beneficiadoras, dentre outros, são tipos de infraestruturas de armazenamentos. A produção da soja no Brasil cresceu consideravelmente nas últimas décadas. O estado de Mato Grosso recebeu grande volume de investimentos em pesquisa, tecnologia, modernizando o espaço para o desenvolvimento de uma agricultura de ponta. Dessa forma, temos o que Oliveira (2012), chama de mundialização da agricultura.

Dessa forma, a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Portanto, a produção de alimentos deixou ser questão estratégica nacional, e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida. As principais commodities são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras. No Brasil acrescenta-se também, etanol e boi gordo. (OLIVEIRA, 2012, p. 6).

Assim, a lógica das commodities, se territorializa por meio do latifúndio e de toda infraestrutura necessária à produção e escoamento dessas, bem como, monopoliza os demais territórios, subordinando, assim, os territórios aos interesses do Capital internacional. Nesse sentido, tanto a soja, quanto o gado bovino, são negociados na bolsa de valores, obedecendo as regras do mercado mundial, corroborando para a acumulação e expansão do capital avançando, cada vez mais as fronteiras agrícolas e monopólio do uso da terra para o agronegócio no Brasil.

(OLIVEIRA, 2012).

**Figura 7.** Produção de soja no Brasil, em 2015



**Fonte:** Lopes, 2017. p. 66. (adaptação de Elierson de Souza, 2020).

No mapa acima vemos a distribuição de produção da soja no Brasil. Perceba que, apesar da expansão da soja ocorrer também em direção ao sul, a sua maior produção em toneladas está em Mato Grosso. Aos arredores do Parque Indígena do Xingu, em municípios como Gaúcha do Norte, onde temos uma das maiores produções de soja na região do estado mato-grossense.

#### 1.2. 4. Os projetos de infraestrutura logística para armazenamento e escoamento da produção da soja no Mato Grosso

A soja produzida atualmente no estado de Mato Grosso tem como principal negociador os mercados da China. Para tanto, a infraestrutura existente para o escoamento da produção é bastante deficiente, já que o percurso é feito em sua maior parte de caminhão por meio de rodovias ineficientes, o que encarece os custos de produção da soja. Portanto, já que o preço da soja é cotado nas bolsas de valores, o preço final muitas vezes torna o lucro dos produtores inferiores, ao passo que, com uma nova

infraestrutura, tanto nas estradas, quanto nos portos, traria ao agronegócio brasileiro um maior lucro nas vendas.

“Desde 2010, as exportações da soja produzida em Mato Grosso não param de crescer. Só no ano passado, foram mais de 15 milhões e 200 mil toneladas, um volume histórico. Para 2017, a previsão é, pelo menos, repetir este número. A China segue como o principal destino. Já às portas de saída para a soja mato-grossense têm mudado. O porto de Santos ainda é o mais usado e deve continuar assim este ano. Recebeu no ano passado mais de 7 milhões de toneladas. A maior parte fez o caminho de trem, mas são mesmo os caminhões que carregam o 'grosso' da safra - quase 8 milhões de toneladas. Poucos trechos das estradas e rodovias de Mato Grosso são duplicados, mas, mesmo assim, elas comportam todo o volume que sai do estado. Os grãos vão para, pelo menos, outros 8 portos espalhados pelas regiões Sul, Sudeste e Norte do país, que aliás tem se destacado. Os portos de Manaus, no Amazonas, São Luiz no Maranhão, e, principalmente, Barcarena e Santarém no Pará, que estão no chamado Arco Norte, recebem juntos 32% da soja de Mato Grosso que vai para exportação e todos eles já embarcam mais que o porto de Paranaguá, no Paraná, que até 2014 era a segunda principal porta de saída do produto.” (GLOBO RURAL, 2017.)

Portanto, o "projeto" ArcoNorte tem sido uma grande exigência para a complementação ao porto de Santos que exporta boa parte da soja produzida no estado. Essa cadeia logística demanda uma série de configurações espaciais como ferrovias e rodovias para alcançar os portos do ArcoNorte. Certamente, a continuidade do projeto ArcoNorte será levada como estratégia do Estado para o impulsionamento do aumento da produção de soja, pois o agronegócio apresenta boa parte das receitas do PIB brasileiro. Portanto, o que podemos prever são novos problemas relacionados à questão ambiental e territorial dos povos indígenas, incluindo os povos da região do Xingu, cuja localização está paralelo a este projeto logístico. Atualmente cerca de 80% da soja exportada no Brasil é escoada pelos portos de Paranaguá e Santos. Quando o Terminal de Grãos do Maranhão, Tegram, estiver pronto, estima-se que 11,50% da produção brasileira poderá ser escoada pelo Porto de Itaqui. (SOUZA, 2012)

Existe uma forte pressão em torno do Alto Xingu por conta do desenvolvimento de infra-estruturas viárias como rodovias e ferrovias voltadas ao escoamento do agronegócio produzido na região entre Mato Grosso e Pará. Nesse sentido, nos chama a atenção o papel de resistência à esses projetos representado pelos territórios preservados e caracterizados como terras indígenas como o próprio Parque Indígena do Xingu. (ISA, 2020)

Podemos, então, questionar, a partir do papel apresentado pelas terras indígenas frente à esses projetos; como podemos conferir, não é do interesse dos povos indígenas toda essa infraestrutura, pois, não cultivam soja nem boi para o mercado internacional;

sendo essas obras, do interesse, portanto, apenas do agronegócio. Pois bem, mas essas terras indígenas demarcadas e outras em processo de demarcação são do total interesse desses povos, pois, as mesmas lhes permitem viverem e produzirem suas sociedades; direito garantido pela constituição de 1988. Sem essas terras demarcadas, os povos indígenas deixam de existir enquanto cultura com território materializável para tal identidade e passa a se tornar massas de exército reserva para a produção capitalista. Por outro lado, a questão ambiental também sofrerá grandes perdas; uma vez que, são as áreas territoriais dos povos indígenas, as mais preservadas. Isso é perceptível ao sobrevoar a bacia do Xingu e comparar o uso das terras pelo agronegócio e o uso da terra pelos povos indígenas. As áreas deste último, se mantém pouquíssimo alterada, mantendo sustentavelmente preservada em função do seu modo de organização social. Portanto, a manutenção das terras indígenas é primordial tanto para a preservação das culturas desses povos que tem na constituição de 1988, a garantia de seus direitos, bem como a preservação da biodiversidade da região. (FUNAI, 2015).

## **2 O PAPEL DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NA GLOBALIZAÇÃO DO SÉCULO XXI**

Entender o papel do Estado no contexto da globalização atual é entender como o capitalismo se territorializa de forma sobreposta aos territórios já existentes no espaço geográfico, como os territórios indígenas da Bacia do Xingu. O conceito de Estado pressupõe uma discussão mais ampla para se abarcar as diferentes propostas elaboradas pelos pensadores ao longo do tempo. Contudo, aqui trataremos apenas brevemente do conceito de Estado pensado por Karl Marx e Friedrich Engels.

Para Karl Marx e Friedrich Engels, o Estado é uma instituição a serviço da classe dominante, em desfavor da classe trabalhadora, ou seja, da menos favorecida. Nesse sentido, o Estado é essencialmente classista, ou seja, representante de uma classe e não da sociedade em sua totalidade. Assim, “[...] O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 2008, p. 13-14). Dessa forma, a sociedade em suas relações de classe determina a estrutura do Estado. A função do Estado nesse sentido é defender os interesses das classes dominantes a partir de seus instrumentos de regulação, esses constituídos pelo sistema jurídico e o aparato militar e policial. (MARX; ENGELS, 2008).

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo o Estado foi se adaptando às mudanças e dinâmicas surgidas a partir de cada crise do capital. Assim, chegamos ao discurso atual do “Estado Mínimo”, condição essencial para o desenvolvimento do neoliberalismo.

### **2.1. O neoliberalismo**

Para entendermos o atual papel do Estado na produção do espaço capitalista no século XXI, precisaremos começar por entender o neoliberalismo. O Capitalismo, no decorrer de sua história, sempre exigiu alguma adequação às necessidades de concentração e expansão do capital na produção do espaço em um determinado momento. Tal adequação consiste na superação das barreiras aos fluxos do capital. Nos anos 70, essas barreiras levariam às crises econômicas daquele período, bem como, a apresentação do neoliberalismo como solução.

Da mesma forma que o neoliberalismo surgiu como uma resposta à crise dos anos 1970, o caminho a ser escolhido hoje definirá o caráter da próxima evolução do capitalismo. As políticas atuais propõem sair da crise com uma maior consolidação e centralização do poder da classe capitalista. (HARVEY, 2011, p.16).

Para Harvey (2011), o neoliberalismo é um projeto de classe que surgiu na década dos anos 1970 para superar o problema do trabalho, já que o poder de organização da classe trabalhadora, caracterizada por um sindicalismo forte, chocava com os interesses das elites; portanto, a força política dos trabalhadores era entendida como uma barreira para o fluxo e a concentração de capital, e nesse sentido, precisaria ser superada. Somando-se ao problema do trabalho, o capital também se viu barrado pela crise do petróleo, oriundo da guerra entre "o mundo árabe e Israel".

O neoliberalismo tem como característica uma lógica e discursos eufemistas referente à liberdade individual, autonomia, a responsabilização do indivíduo frente às mazelas sociais, bem como a valorização da privatização em nome do livre-mercado e do livre-comércio. Nesse sentido, tais políticas visam resgate e a reprodução da lógica capitalista de produção do espaço pela consolidação do poder da classe capitalista, a chamada burguesia. O autor afirma ainda que o projeto neoliberal, e, a sua consequente divisão internacional do trabalho, ou seja, o deslocamento da produção atual que deixa seu tradicional local de produção e segue para outros lugares do mundo. A atual globalização, vem tornando a concentração da riqueza e poder do Capital cada vez mais

intenso em todos os países, através do neoliberalismo, demonstrando sua espacialização e presença cada vez mais marcante e determinante nas políticas dos Estados atuais.

[...] Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível concentração de riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que está morto (HARVEY, 2011, p. 16)

Em 2008 nos Estados Unidos da América, essa lógica neoliberal entra em crise. Nesse contexto, a intervenção do Estado norteamericano na economia foi bem-vinda pela iniciativa privada. Foi a solução para salvar os bancos. Contudo, apesar dessa crise, Harvey (2011) afirma que o neoliberalismo persiste.

## **2. 2. O papel dos Estados na superação da crise neoliberal de 2008**

Apesar da euforia do neoliberalismo e do capitalismo global nos anos 90, as contradições sempre insistem em se materializar. O aumento da desigualdade social, a degradação ambiental galopante rumo ao aquecimento global, conflitos armados, dentre muitos outros sérios problemas apontam para um futuro não muito promissor. Apesar de toda engenhosidade discursiva que o novo capitalismo mostrará, sua contradição inerente a si mesmo, vai se descancarar com a crise econômica dos Estados Unidos em 2008. Essa crise, que se torna mundial por causa do mercado financeiro ser a essência do neoliberalismo, vai desencadear movimentos políticos reacionários em muitas partes do mundo. Para superar a crise, os donos do Capital apresentam propostas que colocam muitas das narrativas iniciadas na década de noventa pelo neoliberalismo, pois com a crise econômica ressurgem no cenário social os discursos de ódio e movimentos de xenofobia, críticas e deslegitimação dos discursos pró meio ambiente, fortalecimento dos ataques aos movimentos sociais, desmascarando a globalização fantasiosa. (SANTOS, 2002). Ressurgem os movimentos conservadores em países da Europa e da América. Enfim, o capitalismo está em crise e, os detentores do poder econômico, os capitalistas, exigem dos Estados uma solução. De fato, o neoliberalismo apresenta sua maior contradição; diante das crises econômicas, o Estado é totalmente acionado para apresentar a solução, contradizendo o discurso de Estado mínimo. (Harvey, 2011)

No capitalismo financeiro do século XXI, nada é mais enganoso que o seu discurso de Estado mínimo como essência do neoliberalismo. O Estado sempre esteve presente na política econômica do capitalismo. Aliás, o Estado, de caráter burguês, é essencial ao capital.

O “sucesso” de um determinado Estado (nacional ou local) frequentemente é medido pelo grau em que capta os fluxos de capital, cria as condições favoráveis à acumulação do capital dentro de suas fronteiras e garante uma elevada qualidade de vida diária a seus habitantes. Os Estados estão inevitavelmente envolvidos em uma concorrência uns com os outros sobre como todas as outras esferas no âmbito do processo coevolutivo se reúnem em algum tipo de trabalho conjunto. Quanto mais acumulação do capital é capturada dentro de suas fronteiras, mais rico o Estado se torna. A gestão estatal do processo coevolutivo surge como uma meta de governo.” (HARVEY, 2011, p.161)

Por meio dos instrumentos ideológicos do Estado, o capitalismo se reproduz enquanto ideia e enquanto materialidade, se territorializando e permitindo a expansão do fluxo do Capital por todos os espaços possíveis. As instituições, com suas normas e leis, entrelaçam toda uma estrutura burocrática para a reprodução social do capital.

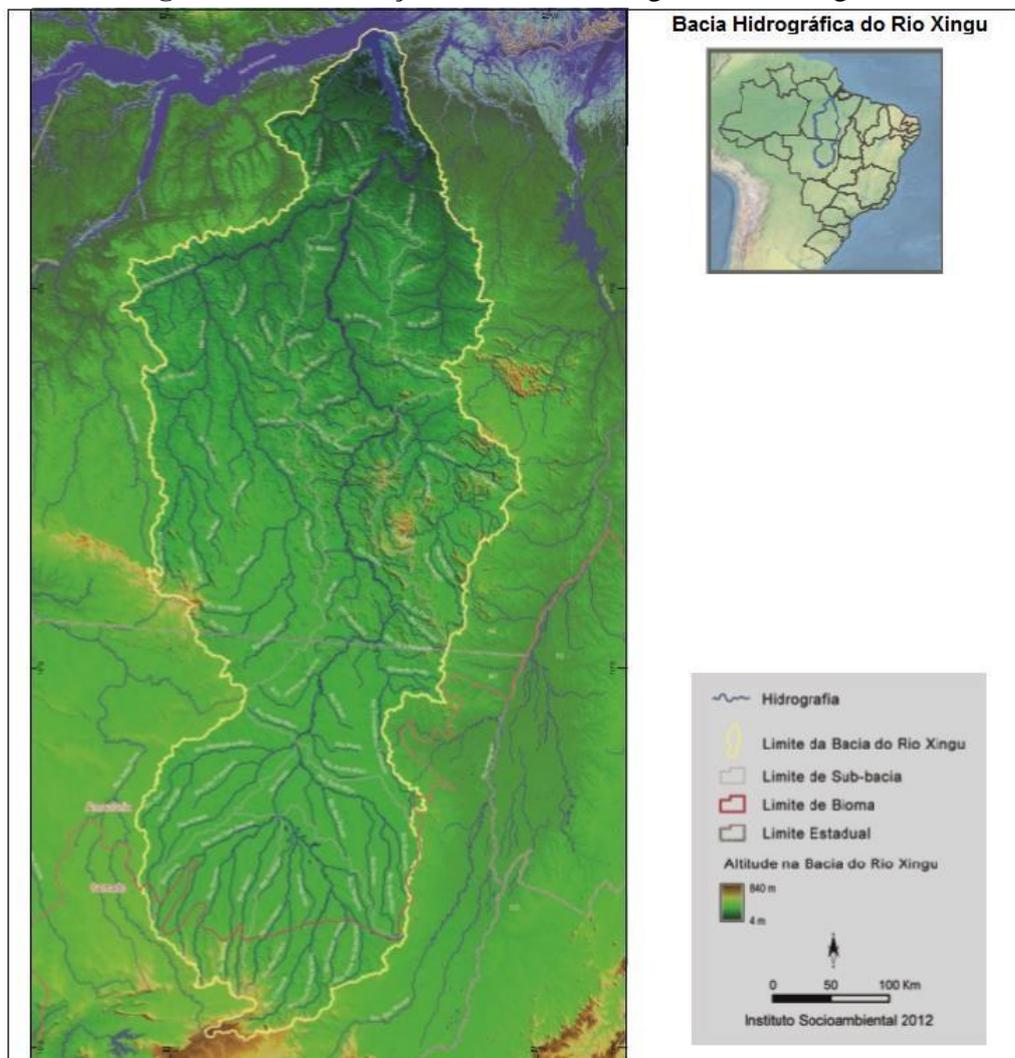
No entanto, o capitalismo requer entidades territoriais soberanas para tornar coerentes (pela força se necessário) os arranjos institucionais e administrativos (como os direitos de propriedade e as leis do mercado) que sustentam seu funcionamento. (HARVEY, 2011, p.162)

Diversos são os mecanismos dessa reprodução, de tal forma que, os discursos se tornam narrativas de verdades. As escolas, as igrejas, as famílias, o lazer, enfim, todas as esferas da sociedade vão reproduzir os valores ideológicos do sistema capitalista neoliberal. No contexto econômico, o Estado articula por meio de suas instituições todos os meios para reproduzir a expansão e concentração de poder dos capitalistas. Portanto, “[...] O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 2008, p. 13-14). Dessa forma, então, o Estado burguês se apresenta como condição “sine qua non” para o desenvolvimento capitalista na produção do espaço geográfico. (MARX; ENGELS, 2008).

### 3. OCUPAÇÃO E USO DO SOLO NA BACIA DO RIO XINGU

A bacia do rio Xingu (Figura 8) é uma grande área drenada pelos formadores do rio Xingu, este que é o nível de base da bacia, e que se estende entre dois grandes estados brasileiros: os estados de Mato Grosso e Pará. Dentro dessa delimitação espacial, temos a presença de vários povos tradicionais, principalmente, os povos originários em Terras Indígenas, bem como, fazendas de produção de gado e soja, além de agentes ilegais que invadem as terras indígenas para fins de garimpo, extração de madeiras, pesca e, enfim, as manchas urbanas presentes na região. De uma forma ou de outra, todos esses agentes transformam a paisagem de forma contraditória ao estabelecimento de um uso sustentável da terra. (ISA, 2020) .

**Figura 8 -** Localização da Bacia Hidrográfica do Xingu no Brasil



**Fonte:** VILLAS-BÔAS, A. (Org). De olho na bacia do Xingu. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012, p. 5. (Adaptação de Elierson Fernando de Souza, 2021)

O rio Xingu (Figura 9) apresenta grande importância socioambiental na região da transição do Cerrado à Amazônia. Atravessando dois estados, Pará e Mato Grosso, possui um grande valor histórico-cultural, na sobrevivência de vários povos indígenas, e de famílias ribeirinhas, tradicionalmente extrativistas de castanha-do-pará e outros produtos não madeireiros no médio e baixo Xingu. Apresenta, ainda, importância econômica, movimentando milhares de pescadores amadores todo o ano. Além de tudo, encanta pela sua beleza natural, apreciado por turistas brasileiros e internacionais. Possui 40% de sua vegetação ainda bem preservada, graças à presença das terras indígenas. (MONTEIRO ET AL., 2009)

**Figura 9** - Rio Xingu.



**Fonte:** Origens Brasil, 2020. (Foto de autoria de Lilo Claretto do Instituto Socioambiental, s/d)

São vinte e uma terras indígenas que perfazem mais de 198,8 mil km<sup>2</sup>, apresentando um papel fundamental para a preservação da natureza dos domínios morfoclimáticos amazônico e cerrado, e áreas de transição entre estes, e, enfim, para a preservação da geografia física da bacia do rio Xingu (Figura 8) como um todo. (MONTEIRO ET AL., 2009).

Apesar de tudo isso, o histórico da ocupação capitalista dos últimos 30 anos fez da bacia do rio Xingu, alvo de grandes degradações ambientais como desmatamentos com a abertura de rodovias, a expansão de manchas urbanas, o desenvolvimento predatório de projetos agropecuários extensivos e uma intensa e violenta extração de

madeira. Nos dias que corre, a região dos formadores do rio Xingu em Mato Grosso encontra-se sob forte pressão da expansão da fronteira agrícola, isso sem levar em conta a formação de assentamentos rurais mal planejados, com impactos diretos e indiretos sobre as áreas de preservação permanente (nascentes e matas ciliares). Esses impactos atingem a qualidade dos recursos hídricos, por causa da ocupação inadequada do solo e a implantação irregular da agricultura e pecuária. (MONTEIRO ET AL., 2009).

### **3.1. A bacia do Rio Xingu**

Segundo Godoi et al (2009), a ocupação da região da bacia do Xingu ocorreu de diferentes formas e em diferentes tempos. O primeiro grande impulso econômico que criou a dinâmica de ocupação e uso dessas áreas para o grande capital foi a produção de borracha impulsionada pelo capital dos países desenvolvidos, explorando a região de forma predatória à biodiversidade e injusta e criminosa com relação a exploração de mão de obra das populações locais. (GODOI ET AL., 2009).

Com o desenvolvimento da indústria nos países hegemônicos, a exploração da borracha disparou no final do século XIX e se expandiu para o Amazonas e o Acre, dando origem às formas mais cruéis de exploração do trabalhador, [...] (GODOI ET ALL., 2009, p.195)

Nesse contexto, formou-se uma ocupação local por conta da promoção da mão de obra para trabalhar nos seringais. Essa mão de obra caracteriza-se por povos indígenas locais, bem como de migrantes vindos de outras partes do país para trabalhar na exploração do látex, matéria-prima da borracha que era demandada à produção de pneus. Com o objetivo de fabricar os pneus dos automóveis da Ford, a Amazônia se torna palco das demandas do capitalismo na primeira metade do século 20. Portanto, uma lógica produtivista e lucrativa inicia-se nessa região em detrimento dos modos de vida característicos dos povos originários dessas áreas. (GODOI ET AL., 2009)

### **3.2. Regionalização da ocupação e do uso do solo na Bacia do Xingu**

Na bacia do Xingu encontramos uma grande distribuição demográfica dos povos indígenas que organizam seus territórios e suas culturas com base na extensa biodiversidade das matas e florestas em torno do rio Xingu e seus afluentes. Este, com aproximadamente 28 milhões de hectares de extensão, incluindo 21 Terras Indígenas e nove Unidades de Conservação contíguas. (ISA, 2020)

### 3. 2. 1. Baixo Xingu

O baixo Xingu (Figura 10) é caracterizado pela ocupação do espaço por camponeses, mais conhecidos como povos tradicionais. Esses são produtores rurais com certas diferenciações em suas práticas e, são formados por agricultores, pescadores e extrativistas vegetais. Esses povos, basicamente se apresentam como mão de obra, voltadas aos interesses econômicos de seringueiros, latifundiários, empresas madeireiras e pesqueiras. (GODOI ET ALL., 2009). Existem, portanto, um tipo variado de produções camponesas, bem como vem se transformando, também, de forma transitória, outros modos de vida, como as referenciadas no município de Porto de Moz, onde temos a formação da Reserva Extrativista (Resex)<sup>6</sup> de Porto de Moz, bem como do município de Gurupá, onde o campesinato conseguiu promover uma reforma agrária. (GODOI ET ALL., 2009).

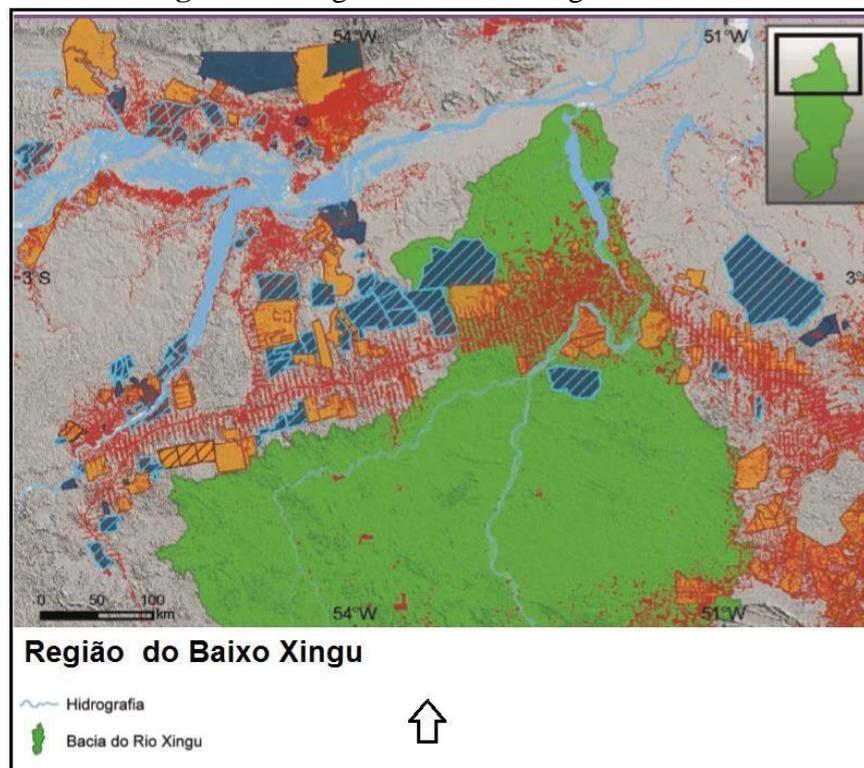
À diversificação camponesa verificada no tempo e no espaço no Baixo Amazonas e no Baixo Xingu chamamos de metamorfose. Por essa metáfora, por um lado, excluimos a ideia de uma ruptura entre condições e modos de vida e, por outro, sugerimos um processo transitivo de condições e modos de vida camponeses para outros, portadores de identidades específicas. (GODOI ET ALL., 2009, p. 204)

Portanto, essa região se caracteriza como um espaço historicamente explorado pelo ciclo da borracha, onde, sua população que, atendia aos interesses dos latifundiários, seringueiros, empresas madeireiras e pesqueiras, no entanto, cada vez mais foram criando uma relação de identidade, especificamente, por conta dos movimentos da teologia da libertação<sup>7</sup>. Sem dúvidas, o baixo Xingu apresenta uma área de conflito territorial entre os ruralistas e os povos tradicionais. (GODOI ET ALL., 2009.).

6. *As Reservas Extrativistas (RESEX) são espaços territoriais protegido cujo objetivo é a proteção dos meios de vida e a cultura de populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. (ISA, 2020)*

7. *A Teologia da Libertação consiste em um movimento teológico que tem como característica a convergência de conceitos cristãos com os do marxismo. Assim, a Teologia da Libertação tem como essência a libertação da população pobre e oprimida na sociedade capitalista*

**Figura 10.** Região do Baixo Xingu



Fonte: VILLAS-BÔAS, A. (Org). **De olho na bacia do Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012, p. 39 (Adaptação de Elierson Fernando de Souza, 2021).

Nos últimos anos, uma das mais polêmicas ações do Estado e da iniciativa privada no baixo Xingu, foi a implementação da Usina hidrelétrica de Belo Monte; o antigo projeto da Usina de Kararaô, cuja construção foi barrada pelo movimento indígena liderado pelo cacique Raoni, no final dos anos 80. A construção de Belo Monte promove intensos problemas socioambientais na região do baixo Xingu, como afirma a citação abaixo:

Por fim, é evidente que caso não haja um forte controle por parte das autoridades que gerenciam o uso dos recursos naturais da sub-bacia do baixo rio Xingu, principalmente por abrigar a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ocorrerá aumento significativo de áreas desflorestadas, consequentemente, aumento de impactos ambientais negativos, além da ampliação de problemas sociais. (PAULA, 2016, p. 150)

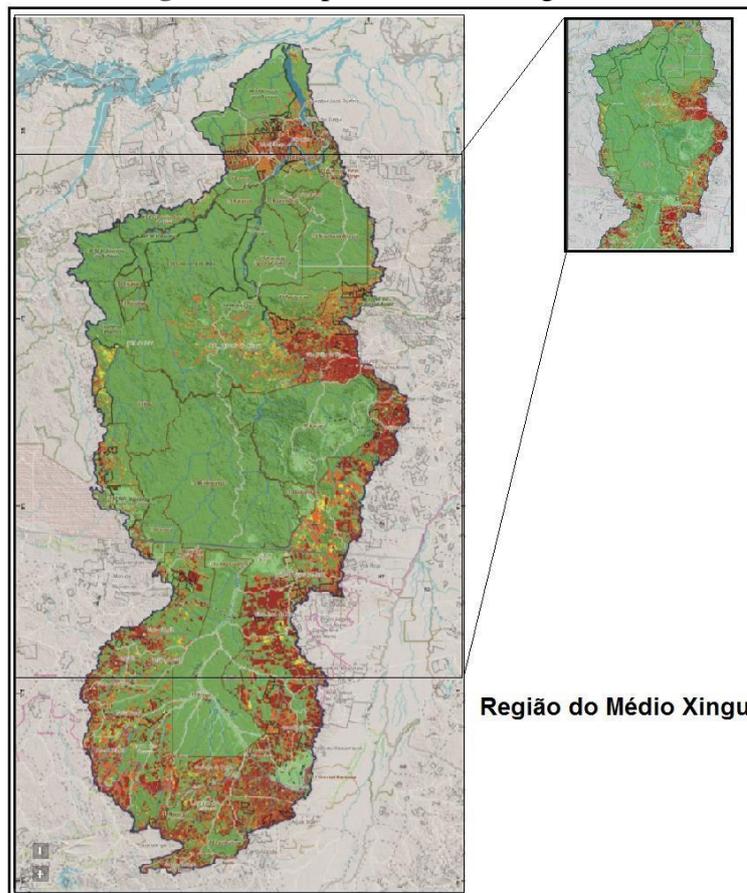
Nesse sentido, essa região da Bacia do Xingu, sofre pela lógica do lucro que, em nome da expansão da territorialização capitalista degrada a biodiversidade e agride as populações humanas que ali vivem. (PAULA, 2016)

### 3.2. 2. Médio Xingu

Segundo Simoni (2013), entre os povos do Médio Xingu (Figura 11) podemos citar três tipos de agrupamentos: os grupos com longo histórico de contato; grupos de contato oficial na década de 1970 e grupos em isolamento voluntário.

Considerando assim os povos indígenas no Médio Xingu, eles podem ser agrupados de forma esquemática em três grupos distintos segundo os processos pelos quais vieram a se estabelecer na região: 1) grupos com longo histórico de contato; 2) grupos de contato oficial na década de 1970 e 3) grupos em isolamento voluntário. (SIMONI, 2013, p.5)

De uma forma geral, o Médio Xingu está localizado no estado do Pará, próxima à Transamazônica, envolvendo 11 Terras Indígenas ocupado por dez povos: Arara, Arara da Volta Grande do Xingu, Araweté, Asuriní do Xingu, Juruna, Kararaô, Kuruaya, Parakanã, Xikrin e Xipaya.

**Figura 11. Mapa do Médio Xingu**

**Fonte:** VILLAS-BÔAS, A. (Org). **De olho na bacia do Xingu.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012, p. 47-48. (Adaptação de Elierson Fernando de Souza, 2021)

Nesse sentido, é uma região de grande pluralidade étnica e cultural, pois constitui-se de povos falantes de línguas pertencentes a três troncos linguísticos: Tupi, Macro-Jê e Karib. Esses povos se distribuem por três localidades nessa área regional: em Terras Indígenas, em comunidades ribeirinhas às margens dos rios Iriri e Xingu e em bairros da cidade de Altamira.

A região tem como principais rios os Bacajá e Iriri, afluentes do rio Xingu. (SIMONI, 2013)

### 3.2. 3. Alto Xingu

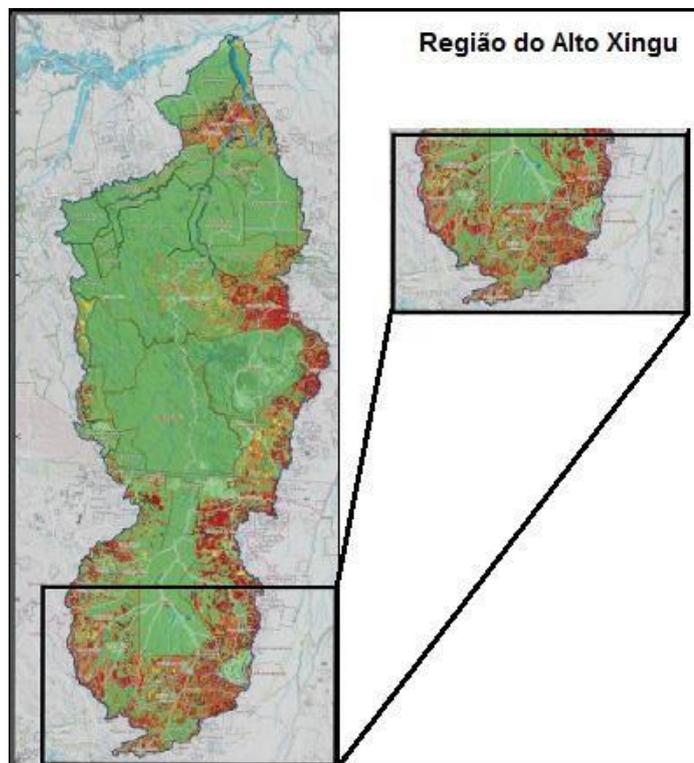
Na região do Alto Xingu (Figura 12), encontram-se, povos indígenas que se assemelham, entre si, culturalmente. Boa parte dessa região, constitui-se do Parque Indígena do Xingu, mas também encontramos outros povos indígenas que estão fora dele, mas que também fazem parte da região do Alto Xingu, como os Xavantes, cujas terras estão ilhadas no meio da soja no leste matogrossense. De toda forma, com relação

aos povos indígenas do Alto Xingu, podemos defender uma certa similaridade em suas culturas, “Internamente, o Parque é conformado, em sua porção sul, pela área cultural do Alto Xingu, formada pelos povos Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nafukuá, Naruvôtu, Waurá e Yawalapiti.” (ISA, 2011, p. 21). Como podemos perceber na citação acima, o Parque Indígena do Xingu apresenta uma organização dividida em região. Entre essas regiões encontram-se os Postos Indígenas para controle das áreas pertencentes ao território.

A região do Alto Xingu encontra-se no Estado de Mato Grosso e a base econômica matogrossense gira, principalmente, em torno do agronegócio dominados por fazendeiros. Esses, grande parte, migrantes nos anos 70, oriundos da região sul do Brasil, que se mudaram para Mato Grosso por conta da política de colonização no estado. Nesse sentido, o agronegócio é o espírito econômico do estado de Mato Grosso, que, constituiu-se em uma área de produção majoritariamente voltada à exportação para o mercado da economia globalizada. (MENEZES, 2000).

Segundo o site oficial da FUNAI (2020), o Parque Indígena do Xingu ocupa áreas que perpassam vários municípios da região do Alto Xingu como: Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Querência, Canarana, São Félix do Araguaia, Nova Ubitatã, Marcelândia, Paranatinga e São Félix do Xingu. O Parque Indígena do Xingu, apesar de ter sua distribuição territorial ao longo de vários municípios do estado do Mato Grosso, é um território sob tutela da União. (MENEZES, 2000)

**Figura 12.** Localização do Alto Xingu



**Fonte:** VILLAS-BÔAS, A. (Org). **De olho na bacia do Xingu.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012, p. 47-48. (Adaptação de Elierson Fernando de Souza, 2021)

#### **4. TERRAS INDÍGENAS OU RECURSOS NATURAIS PARA O CAPITAL? O conflito entre a lógica do lucro e a lógica da vida na fronteira agrícola da bacia do Xingu**

Os conflitos territoriais decorrentes da fronteira agrícola na Bacia do Xingu, são consequências do avanço do Capital sobre os espaços organizados de maneiras tradicionais conforme as culturas dos povos que ocupam tais áreas. Tais espaços dizem respeito à formas de existências sociais organizadas de maneiras muito diferenciadas dos moldes das sociedades ocidentais e orientais do capitalismo global. Podemos dizer que são lugares onde o fluxo do Capital ainda não permeia de forma tão intensa. Nesse sentido, esses lugares apresentam resistência frente ao modelo baseado no fluxo do capital. (HARVEY, 2011).

##### **4. 1. A fronteira agrícola na Bacia do Xingu**

O modo de vida dos povos indígenas do Xingu não se constitui da lógica capitalista na organização do espaço; apresentando uma forma diferenciada na sua organização social, esses povos se veem ameaçados pelo avanço do Capital. Os fazendeiros da soja, cada vez mais expandem suas produções por causa da demanda mundial por soja. Cada vez mais, os desmatamentos e todas as demais degradações ambientais aumentam em função dessas circunstâncias. Assim, por um lado, a espacialização e expansão da lógica capitalista pelo latifúndio que avança; por outro, os povos tradicionais, no caso deste estudo, os povos indígenas, se apresentam resistentes e sobreviventes a esses conflitos, configurando, assim, na dinâmica da fronteira agrícola na Bacia do Xingu. Por fronteira agrícola, assim, afirma Becker et al. (1988).

Fronteira não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros. Tampouco se restringe a um processo de colonização agrícola. Distintivo da situação de fronteira não é o espaço físico em que se dá, mas o espaço social, político e valorativo que engendra. A hipótese alternativa é que a fronteira constitui um espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado (Becker, 1984); contém assim os elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que se situa, mas é um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não assumem o grau de cristalização comum em outras circunstâncias, e, portanto, gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político. O dado crucial da fronteira, pois, a virtualidade histórica que contém: dependendo da forma de apropriação do espaço, das relações sociais e dos tipos e interesses dos agentes sociais aí constituídos, ter-se-á a formação de projetos políticos distintos. Pode ela ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador de alternativas. (BECKER ET AL., 1988, p. 67).

Para Becker et al. (1988) a atual fronteira agrícola apresenta elementos relacionados diretamente ao capital globalizado, contudo, apresenta as diferenciações no espaço que ainda não fazem parte da territorialização capitalista, mas sim, elementos ligados a territorialidade de diferentes povos que já estavam presentes no espaço. Portanto, apresenta um caráter político e conflituoso por conta dos diferentes interesses nos usos do solo.

Outra conceituação de fronteira agrícola remete, também à ideia do processo civilizatório. Nesse sentido, existiria uma fronteira entre o Brasil já civilizado e um Brasil selvagem que precisaria passar pela caracterização do progresso capitalista. Assim, seria preciso preencher os vazios demográficos dessas áreas sertanistas do interior do Brasil.

O Brasil Central - o espaço a ser incorporado ao corpo da Nação - emergia no ideário político como região privilegiada para o avanço da fronteira pela civilização. [...] O conceito de fronteira aqui citado pode abarcar duas ideias: uma, ligada aos tratados internacionais e configuração geográfica do território nacional, e outra, ligada à estrutura econômica e social, verificada na posse e exploração pelo território. A Marcha para o Oeste é, nesse sentido, fundamental para que as duas coincidam. (GALVÃO, 2014, p.26)

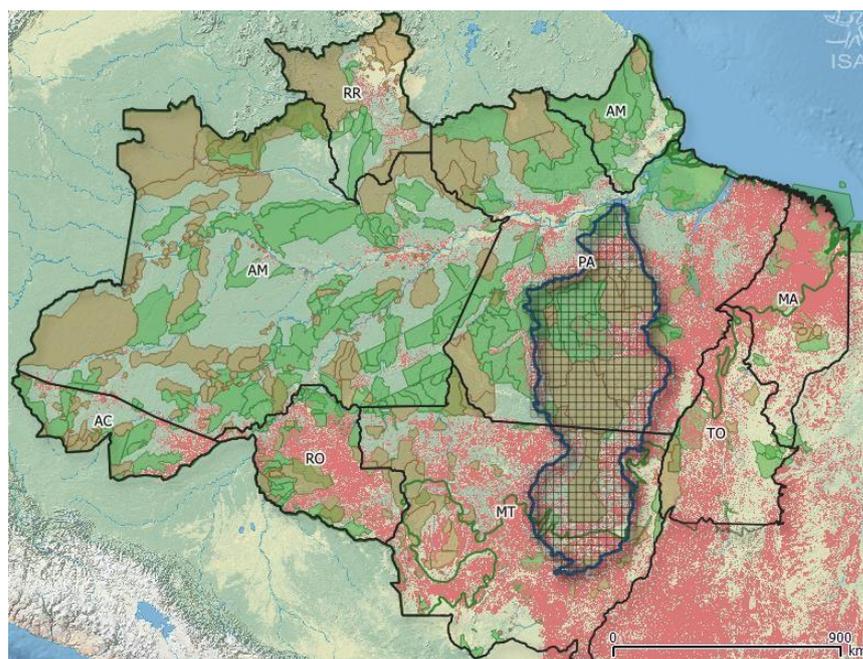
Dessa forma, na fronteira agrícola, teríamos uma relativização de perspectivas e valores, pois relacionaria a ideia de civilização, vinda do litoral do país, e um Brasil ainda autêntico, não contaminado por estrangeirismos. Essa discussão está atrelada a busca de uma identidade nacional, o que teria como base, a “construção de uma nacionalidade equilibrada e harmonizada, vislumbrada pelo governo. Sendo assim, a bandeira da civilização, carregada pelos expedicionários, deveria sincronizar os ritmos sociais distintos entre sertão e litoral.” (GALVÃO, 2014). Percebemos, por fim, que as conceituações de fronteira agrícola diferem conforme a autoria pesquisada. Contudo, a fronteira agrícola avança e os conflitos territoriais presentes na fronteira caracteriza a afirmação de que tais conflitos são inerentes ao conceito de fronteira agrícola. No capítulo 4, analisaremos a partir da escala geográfica do Alto Xingu, um dos dois principais agentes desses espaços em conflitos: os latifundiários da soja e os povos indígenas do Parque Indígena do Xingu.

#### 4. 2. A bacia hidrográfica do Xingu e alguns de seus conflitos territoriais

Quando da criação do Parque Indígena Xingu em 1961 e da formulação de seus limites, delimitaram uma área territorial sem levar em consideração a bacia hidrográfica e seus sistemas de drenagens no planejamento territorial regional; assim, várias áreas de cabeceira de drenagem ficaram de fora dos limites do Parque Indígena do Xingu. (MENEZES, 1999). Dessa forma, originou-se conflitos territoriais oriundos pelo uso do solo de forma inadequada e ilegal por parte dos fazendeiros e outros invasores dos territórios indígenas colocando em risco a manutenção da vida destes. Para tanto, devemos considerar nesse contexto os desmatamentos em áreas próximas as cabeceiras de drenagens e das matas ciliares em áreas ocupadas pelas fazendas de soja e gado, bem como o avanço desse desmatamento sobre o território do Parque Indígena do Xingu. Outras fontes de desmatamento ocorrem por meio dos agentes madeireiros, do garimpo, pescadores, dentre outros que avançam de forma ilegal e/ou de forma predatória sobre a sociobiodiversidade do Xingu. (MENEZES, 1999)

Assim, apresentamos abaixo, algumas imagens registradas das consultas feitas pela plataforma digital Xingu+ do Instituto socioambiental onde, muitos registros importantes foram levantados, bem como mapas elaborados pelo Instituto Socioambiental sobre os estudos da área. Começamos, então, pela delimitação da bacia do rio Xingu (Figura 13).

**Figura 13.** Delimitação da Bacia do rio Xingu (EM AZUL) :



Fonte: Xingu +. ISA. 2020.

A bacia do Xingu configura-se em uma enorme unidade natural baseada em suas redes de drenagem convergindo, todas, em seu nível de base, o rio Xingu. Entre seus limites naturais encontramos diversos territórios indígenas (Figura 13) com seus usos próprios da terra para a produção de suas existências. Encontramos também outros diferentes sistemas de produção relacionados ao chamado agronegócio, todos configurados ao que chamamos de latifúndio entremeados nos estados de Mato Grosso e Pará. Teremos então um cenário conflituoso, onde essas diferentes formas de apropriação do meio natural, apresentam como consequências, resultados conflitantes, pois, ambos são contraditórios. (ISA, 2020)

#### **4.3. O avanço da lógica destrutiva: a territorialização dos fluxos capitalistas na bacia do Xingu**

Para Harvey (2011) a territorialização capitalista na atual globalização da economia ocorre a partir da compressão do tempo-espaço. Nesse sentido, a territorialização dos fluxos do Capital ocorre de forma intensa e veloz, de tal forma que essa dinâmica é vital para promover uma sobreposição de territórios; assim, desterritorializando territórios de povos e culturas tradicionais, e territorializando nesse espaço os elementos e objetos surgidos da relação com os fluxos do Capital. (HARVEY, 2011). Assim, especuladores de terras, grileiro, garimpeiro, pescadores, madeireiros, agem em sincronia, de tal forma que, cada uma dessas atividades produtivas, irá conseqüentemente, acarretar na formação de novos latifúndios; e o latifúndio é, a categoria estrutural do capitalismo brasileiro (OLIVEIRA, 2004). Nesse sentido, Marx também afirmou que a tendência histórica do capitalismo é a destruição e absorção das relações não capitalista de produção, e, os utiliza para criar espaços para a acumulação de capital (HARVEY, 2005). Portanto, a territorialização capitalista avança sobre outros espaços para promover sua continuação enquanto sistema econômico e, conseqüentemente, político. Dessa forma, Harvey (2011) afirma que o desenvolvimento capitalista necessita da concentração da riqueza e a contínua expansão de sua territorialização, sobrepondo-se sobre as outras lógicas não capitalistas de territorialização do espaço.

Assim, para entendermos como os conflitos territoriais que ocorrem na bacia do Xingu, precisamos, primeiramente, entender que, esses surgem das diferentes lógicas de organização do espaço por seus ocupantes. O conflito se apresenta pelo avanço de um tipo de territorialização, a capitalista, sobre outros territórios, neste caso, os territórios indígenas. Nesse sentido, podemos apresentar esses territórios indígenas como espaços “não superados” pelo capitalismo; portanto, um espaço de resistência. (HARVEY, 2011). Esses espaços ainda “não superados” são importantes para a manutenção da biodiversidade e das culturas, onde, meios alternativos ao capital se apresentam como solução aos graves problemas da atual degradação ambiental e desigualdade social que tanto configuram o nosso mundo nessa voraz globalização capitalista. (HARVEY, 2011)

**Figura 14.** Imagens da plataforma Xingu+. Obras monitoradas de estradas dentro e no entorno da bacia do Xingu.



**Fonte:** Xingu +. ISA. 2020. (Adaptado por Elierson de Souza, 2020)

Contudo, como podemos confirmar na imagem acima (Figura 14), vemos o avanço da territorialização capitalista por meio das diversas obras de infraestrutura, como rodovias e ferrovias para o escoamento da produção do agronegócio na região da Bacia do Xingu. Essas obras objetivam um maior e melhor fluxo do capital nesses espaços. Assim, temos a territorialização capitalista se materializando em torno das terras indígenas e áreas biodiversas protegidas por leis ambientais. (HARVEY, 2011).

#### 4. 4. O avanço do desmatamento e do garimpo na Bacia do Xingu

Nos últimos anos, além do avanço da soja e do gado, que caracterizam o avanço da fronteira agrícola, somam-se o avanço de atividades que conduzem à degradação sobre os territórios indígenas na bacia do Xingu. Nas (Figuras 15 e 16) temos a materialidade desses fenômenos na paisagem. Vemos então atividade mineradora em meio às terras indígenas. Essa atividade deixa seu rastro na paisagem, primeiramente por meio do desmatamento da área onde o minério vai ser explorado e, posteriormente pelo solo revolvido na ação extrativa. Além da mineração, podemos ver em seguida a ação dos madeireiros em outra parte das terras indígenas na bacia do Xingu, cuja paisagem (figura 16), apresenta a devastação da floresta desmatada pela atividade madeireira. Ambos os casos ocorreram nos últimos três anos. (ISA, 2020).

**Figura 15.** Garimpo ilegal em 2017 na Bacia do Xingu



Fonte: Xingu +. ISA. 2020.

Na imagem acima (Figura 15), vemos a degradação ambiental causada por garimpeiros. Vemos a retirada da vegetação e a movimentação do solo para o processo do garimpo. Esta é uma área de terras indígenas. Nos últimos anos, principalmente no atual governo federal, frentes intensas de garimpos invadem as Terras Indígenas na Bacia

do Xingu, promovendo destruição ambiental e desestabilização social dos povos dessas áreas.

Uma nova onda de garimpos ilegais ameaça Áreas Protegidas da bacia do Xingu e a sobrevivência dos povos indígenas e ribeirinhos que ali vivem. A partir de 2018 e durante todo o ano de 2019 áreas de garimpo foram abertas ou reativadas em três Terras Indígenas e quatro Unidades de Conservação na região. (ISA, 2020, p. 1).

Nesse sentido, o garimpo ilegal avança em novas áreas; apenas no primeiro semestre de 2020, foram desmatados 562 hectares para atividade garimpeira. Esse tipo de atividade, vem causando a degradação dos mananciais, prejudicando a qualidade das águas muitas das subbacias do rio Xingu. “[...] Ao todo já foram desmatados aproximadamente 22 mil hectares de floresta por conta do garimpo.” (ISA, 2020, p.1).

**Figura 16.** Desmatamento ilegal por madeireiros na bacia do Xingu



Fonte: Xingu +. ISA. 2020.

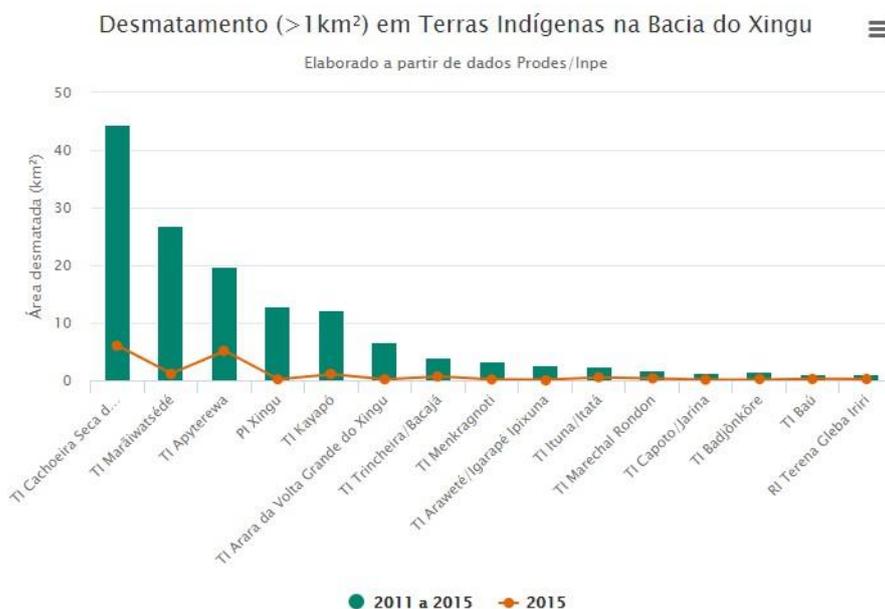
Na imagem acima (Figura 16), temos a degradação ambiental e a invasão das terras indígenas na bacia do rio Xingu. Os madeireiros avançam com o desmatamento e, depois de removida a floresta, os fazendeiros de soja ou gado utilizam a área limpa para a produção da agricultura ou pecuária. (ISA, 2020)

Como já foi dito acima, no atual governo federal, o Brasil, vem se consolidando com novas áreas de invasões que estão causando desmatamentos de áreas protegidas na bacia do Xingu para fins de mineração e retirada de madeiras para comércio.

Da invasão de milhares de garimpeiros no território dos Kayapó na década de 1980 ao aperfeiçoamento do maquinário e propostas de flexibilização da legislação, como o PL 191/2020, o garimpo ilegal avançou a partir de 2018 e novas áreas se consolidaram em 2019 e 2020. (ISA, 2020, p. 1)

Segundo Biviany Rojas, advogada e coordenadora do Programa Xingu, do ISA (Instituto Socioambiental); o que ocorre é uma desmoralização e a consequente desvalorização das Áreas Protegidas na bacia, mesmo sem ter alterado a lei. E assim, regiões da bacia do Xingu como as Terras Indígenas Kayapó, Trincheira Bacajá, Baú, Apyterewa e Cachoeira Seca apresentam atividades de garimpo analisada desde 2011 a 2015 (Figura 17); ainda se observa em áreas como a Floresta Nacional de Altamira, Parque Nacional da Serra do Pardo e nas Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio e Iriri, que apresentam recentes ações de garimpo. (ISA, 2020).

**Figura 17.** Gráfico do desmatamento no Xingu até 2015.



Fonte: Xingu +. ISA. 2020.

A partir do gráfico acima (Figura 17), percebemos a dinâmica do desmatamento nas terras indígenas da Bacia do Xingu entre 2011 e 2015. Como vemos, são várias terras indígenas invadidas pelo garimpo. Essas ações são muito graves e coloca em risco todo um histórico de luta pelas demarcações dessas terras. (ISA, 2020).

#### **4.5. O avanço do agronegócio na bacia do Xingu**

Vemos, abaixo (Figura 18) a paisagem típica de uma produção do agronegócio no Alto Xingu. A característica de grandes extensões de terras e monocultura se repete ao longo das produções agropecuárias na região.

**Figura 18.** Típica paisagem de produção de soja no Alto Xingu (MT)



**Fonte:** DOMINGUES; BERMANN, 2012

Portanto, temos nesse modelo produtivo um caráter de produção de monocultura extensiva, cuja funcionalidade desse tipo de sistema evolui de forma negativa e degradante o meio onde tal produção se estabelece.

[...] a organização não-governamental Greenpeace Brasil verificou que, a partir de 2004, a indústria da soja surgiu como um novo ator nas fronteiras de destruição da floresta. Ainda, identificou quatro multinacionais na área: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Dreyfus e Cargill. Essas empresas formam quase um monopólio na prensagem de soja na Europa [...]. (DOMINGUES; BERMANN, 2012, p.9)

É utilizado uma quantidade abusiva de defensivos agrícolas, entre eles agrotóxicos necessário para que a produção atinja quantidade e qualidade final desejada para a exportação dos grãos para o mercado global. A soja é utilizada para muitos fins, entre eles na produção do alimento do gado bovino que é, um dos principais agentes de desmatamentos na bacia hidrográfica estudada. (DOMINGUES; BERMANN, 2012). Além da soja, o gado bovino se apresenta como importante elemento do agronegócio brasileiro, e, se apresenta na Bacia do Xingu como outro ponto de discussão sobre o avanço do latifúndio.

A produção pecuária na Bacia do Xingu é outro importante setor produtivo que demanda grandes áreas, sendo, portanto, um dos grandes responsáveis pelo desmatamento e conflitos referentes ao uso solo nesta área. A criação do gado bovino ocorre em grandes extensões de terras configurando latifúndio de exportação. Além do desmatamento, o gado promove o pisoteamento do solo e o aumento da emissão de dióxido de carbono. Nesse Sentido, tanto a soja como o gado bovino, no Brasil, estão ligados, em geral, à questão do latifúndio, e por tanto, estão atrelados às relações de poder, fazendo dos latifundiários uma classe dominante de poder. Podemos, então, afirmar que a presença de conflitos territoriais entre os dois principais agentes sociais nessas áreas (Os latifundiários e Povos indígenas) são desencadeados pelo avanço dos agentes do agronegócio sobre as terras dos povos indígenas. (ISA, 2020)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar acerca dos conflitos territoriais entre os povos indígenas da Bacia do Xingu e os fazendeiros do agronegócio no estado de Mato Grosso e Pará. Primeiramente, apresentamos o contexto da formação do Parque Indígena do Xingu em 1961, e que, já é marcada por conflitos e desentendimentos por conta do processo de colonização promovido pelo estado de Mato Grosso, que ocorria permeado de muitas irregularidades como grilagem, acabou prejudicando e muito a formação dos limites do Parque Indígena do Xingu. O projeto de sua área inicial abarcava uma área “quase 10 vezes maior” que a área atual definida para o Parque. Por causa dessa mudança nos limites, as cabeceiras de drenagens dos afluentes e formadores do rio Xingu, nível de base da bacia, acabaram ficando de fora desses limites e sob o domínio dos latifundiários. Assim temos constatado diferentes conflitos entre os povos indígenas do Xingu e os fazendeiros do agronegócio por causa da degradação ambiental causada na Bacia do Xingu pela intensa territorialização capitalista da soja no Alto Xingu. (MENEZES, 2000). Ainda na escala local, apresentamos o contexto de ocupação territorial pelos fazendeiros no Alto Xingu, onde processos de grilagens e outras ações, bem como as ações do Estado brasileiro, corroboraram para a sustentação e fortalecimento do desenvolvimento do latifúndio na região. Atualmente, Mato Grosso é o estado responsável pela maior produção de soja no Brasil.

No segundo capítulo analisamos o panorama das consequências da globalização capitalista atual, e dos fenômenos emergidos em sua última fase como o toyotismo e o neoliberalismo, desencadeando, portanto, na última grande crise mundial de 2008 nos Estados Unidos da América. Tal crise acabou acarretando, por tanto, em mudanças políticas e econômicas em várias partes do mundo, criando, por causa disso, crises sociais nesses lugares atingidos de forma mais aguda pela crise econômica. (HARVEY, 2011).

Após o olhar a partir da escala local e global, em seguida, abarcamos escala regional no contexto da Bacia do Xingu (Capítulos 3 e 4). Portanto, apresentou-se a bacia do Xingu e sua ocupação, bem como da sua divisão regional. A partir dessa divisão regional da bacia, resgatamos os principais problemas e ameaças aos territórios indígenas e da biodiversidade da bacia do Xingu. Percebemos que a ocupação da bacia se deu de diferentes formas e épocas e, que sua configuração atual, é um ambiente muito preservado e ameaçado por frentes de garimpos, madeireiros, agropecuária, e outros especuladores. (GODOI ET AL., 2009).

Portanto, conforme vimos neste trabalho, o Estado brasileiro estabelece por meio do planejamento territorial a desterritorialização dos povos indígenas da bacia do Xingu em nome da territorialização das fazendas de soja. Para tanto, a FUNAI, que muitas vezes apresenta um papel ambíguo com relação à ideia de controle sobre os povos indígenas (MENEZES, 1982), tem também, o papel de proteger as culturas e territórios dos povos indígenas, visto que, o avanço da ideologia capitalista já teriam se sobrepostos a estes se não fossem as Terras Indígenas. (ISA, 2020). Apesar disso, todos os ataques, ameaças, descasos, violências e preconceitos que historicamente oprimiram os povos indígenas continuam. Mesmo depois da redemocratização política no Brasil, muitos foram os descasos dos governos brasileiros com relação a questão indígena. Contudo, atualmente, a situação social desses povos que já não era nada fácil, está ainda pior com relação às últimas três décadas. No atual governo federal do presidente Jair Bolsonaro, os povos indígenas se tornaram o principal alvo dos seus ataques políticos já no início do seu governo em 2019. Este, insiste que os povos indígenas devem ser totalmente integrados à sociedade nacional de tal forma que não se considera suas diferenças, e mesmo as complexidades envolvidas em um processo desse tipo, chegando ao ponto de criar uma ideia de polarização política entre os povos indígenas. Tudo isso para efetivar um determinado fim: a implantação de outras usinas hidrelétricas na bacia amazônica, bem como da implementação de projetos de empresas do ramo da mineração, madeireiras, e a expansão dos agronegócios em terras que hoje são territórios indígenas. (ISA, 2020)

Portanto, toda essa destruição socioambiental em curso causada pelo avanço dos fluxos do capital é fomentada pelo Estado brasileiro; seja com aplicações de políticas nefastas, seja pela omissão na proteção dos territórios indígenas. Segundo Kuhupi Waurá, o principal problema é a falta de fiscalização, pois, segundo ele, é o mínimo necessário para controlar e evitar a degradação ambiental das áreas adjacentes ao Parque Indígena do Xingu que se constituem em fazendas de soja e gado, onde, deve-se no mínimo coibir o avanço do desmatamento, principalmente em áreas de cabeceiras de drenagens e matas ciliares, bem como controlar a aplicação de agrotóxicos comprovadamente letais à saúde humana e ao meio ambiente. Dessa forma, tais ações seria o que chamamos de medida “paliativa” para manter a situação sob controle. Talvez se tivéssemos mais estudos geográficos sobre esses conflitos territoriais poderíamos encher soluções mais concretas para esses problemas. Contudo, Harvey (2011) afirma que o avanço do capital deve continuar se sobrepondo aos territórios, degradando a

sociobiodiversidade, causando destruição e exclusão por meio da produção de uma geografia desigual, confirmando a lógica do pensamento de Marx de que o capitalismo não deve ser reformado, mas sim, superado. (HARVEY, 2011).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, G. **Toyotismo Como Ideologia Orgânica da Produção Capitalista**. Org & Demo (Marília), Marília, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2001.
- ANTUNES, R. & ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004
- BECKER, B. K. **Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da amazônia brasileira**. Departamento de Geografia - Cidade Universitária - Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ.1988.
- FARIA, I. F. **Gestão do conhecimento e território indígena: por uma geografia participante**. Manaus: Reggo Edições, 2015.
- FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO; DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL; COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL; GIZ (Orgs.). **Serviços ambientais: o papel das terras indígenas: programa de Capacitação em proteção Territorial**. – Brasília:FUNAI/GIZ, 2015.
- HAESBAERT, R. **Identidades Territoriais**. Org.: ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Xingu +. **Mapa Bacia do rio Xingu**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/desmatamento-no-xingu-avancamesmo-debaixo-de-chuva>. Acesso em: 12. abr. 2020.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Xingu +. **Desmatamento no Xingu**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/desmatamento-no-xingu-avancamesmo-debaixo-de-chuva>. Acesso em: 12. abr. 2020.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Xingu +. **Garimpo no Xingu**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/desmatamento-no-xingu-avancamesmo-debaixo-de-chuva>. Acesso em: 12. abr. 2020.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Xingu +. **Gráfico Desmatamento**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/de-olho-no-xingu-parte-i-historicode-desmatamento-e-tendencias-atuais-parte-i>. Acesso em: 11. mai. 2020.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 1ª reimpr. São Paulo: Martin claret, 2008.
- MENESES, M. L. P. **Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- MENEZES, C. **Os xavantes e o movimento de fronteira no leste matogrossense**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 25, p. 63-87, 1982.
- OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 2012.
- OLIVEIRA, A. U. et. al. **O campo no século XXI: território de vida, luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

- PAGLIARO, H. et al. **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/Abep, 2005.
- PAULA, E. M. S. de. **Revista Equador** (UFPI), Vol. 5, Nº 4 (Edição Especial 03), 2016, p.128 - 150
- PEREIRA, T. D. O território na acumulação capitalista: possibilidades da categoria a partir de David Harvey. **O Social em Questão** - Ano XIII - nº 24 - Jul-Dez 2010.
- POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Instituto Socioambiental. **Xingu**. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/xingu/parque.shtm>. Acesso em: 12. abr. 2020
- REZENDE, C. B. **História Econômica Geral**. São Paulo: Contexto, 9ª ed., 2008.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- SACK, R. D. **Territorialidade humana: sua teoria e história**. Cambridge:
- SAMPAIO, P. de A. A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 329-334. SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEABRA, O. C. L. **Territórios do uso: Cotidiano e modo de vida**. Revista Cidades, vol. 1, n. 2, 2004, p. 181-206
- SOUZA, L. L. de. **A Logística da Soja na Fronteira Agrícola Norte e Nordeste**. Piracicaba, 2012.
- TALASKA, A.; ETGES, V. E. 2015. Os conceitos normatizados pela legislação e a interpretação da estrutura agrária e fundiária no Brasil. **Mundo Agrário**,16 (33), dez. 2015.
- XINGU: A TERRA AMEAÇADA**. Direção: Whashington Novaes. Produção: WNProduções/Intervídeo. São Paulo: TVCultura, 2007.